

PARTE II:

A PRIMEIRA REPÚBLICA (“REPÚBLICA VELHA”)

Textos:

013: Constituição de 1891 - passagens importantes	37
014: Cronologia dos anos turbulentos do início da República	40
015: Abelardo Leiva, poeta e revolucionário	45
016: Lima Barreto e o efeito da Revolta da Armada sobre a política de Curuzu	47
017: Lima Barreto, a Revolta da Armada (1893-4) e o positivismo	47
018: Lima Barreto descreve Floriano Peixoto	48
019: Lima Barreto e o apostolado positivista	51
020: Lima Barreto e o Coronelismo	53
021: Passagens sobre chefes em <i>Grande Sertão: Veredas</i>	54
022: Lima Barreto e a República dos Doutores	56
023: Cronologia de Canudos	60
024: Lucrecio Barba-de-Bode	64
025: As eleições	65
026: Casa de cômodos	68
027: Batuque na cozinha (João da Baiana)	69
028: A favela como caso de polícia	71
029: Queixas do povo ao <u>Jornal do Brasil</u>	73
030: Lima Barreto e a revolta contra os sapatos obrigatórios (uma metáfora da Revolta da Vacina em 1904)	74
031: Cronologia do movimento operário durante a Primeira República	77
032: Cabide de Molambo, samba de João da Baiana	80

033: O orvalho vem caindo, samba de Noel Rosa (e Kid Pepe)	80
030: Industrialização e movimento operário na Primeira República - estatísticas	81

Texto 013: Constituição de 1891 - passagens importantes (mantida a ortografia original)

“Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos o seguinte

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Título I

DA ORGANIZAÇÃO FEDERAL

Disposições preliminares

Art. 1º - A nação brasileira adota como forma de governo, sob o regime representativo, a República Federativa, proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitui-se, por união perpétua e indissolúvel das suas antigas províncias, em Estados Unidos do Brasil.

Art. 2º - Cada uma das antigas províncias formará um Estado e o antigo município neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a capital da União, enquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte.

Art. 3º - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal.

Parágrafo único. Efetuada a mudança da capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado.

Art. 4º - Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se, para se anexar a outros, ou formar novos Estados, mediante aquiescência das respectivas assembléias legislativas, em duas sessões anuais, e aprovação do Congresso Nacional.

Art. 5º - Incumbe a cada Estado prover, a expensas próprias, as necessidades de seu govêrno e administração; a União, porém, prestará socorros ao Estado que, em caso de calamidade pública, os solicitar.

Art. 6º - O Govêrno Federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados, salvo:

1º) Para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro;

2º) Para manter a forma republicana federativa;

3º) Para restabelecer a ordem e a tranquilidade nos Estados, à requisição dos respectivos governos;

4º) Para assegurar a execução das leis e sentenças federais.

Art. 7º - É da competência exclusiva da União decretar:

1º) Impostos sobre a importação de procedência estrangeira;

2º) Direitos de entrada, saída e estadia de navios, sendo livre o comércio de cabotagem às mercadorias nacionais, bem como às estrangeiras que já tenham pago imposto de importação;

3º) Taxas de sêlo, salvo a restrição do art. 9º, parágrafo 1º, número 1;

4º) Taxas dos correios e telégrafos federais.

Parágrafo 1º) Também compete privativamente à União:

1º) A instituição de bancos emissores;

2º) A criação e manutenção de alfândegas.

Parágrafo 2º) Os impostos decretados pela União devem ser uniformes para todos os Estados.

Parágrafo 3º) As leis da União, os atos e sentenças de suas autoridades serão executados em todo o país por funcionários federais, podendo, todavia, a execução das primeiras ser confiada aos governos dos Estados, mediante anuência destes.

Art. 8º - É vedado ao Govêrno Federal criar, de qualquer modo, distinções e preferências em favor dos portos de uns contra os de outros Estados.

Art. 9º - É da competência exclusiva dos Estados decretar impostos:

1º) Sôbre a exportação de mercadorias de sua própria produção;

2º) Sôbre imóveis rurais e urbanos;

3º) Sôbre transmissão de propriedade;

4º) Sobre indústrias e profissões.

Parágrafo 1º) Também compete exclusivamente aos Estados decretar:

1º) Taxas de selos quanto aos atos emanados de seus respectivos governos e negócios de sua economia;

2º) Contribuições concernentes aos seus telégrafos e correios.(...)

Título II

DOS ESTADOS

Art. 63 - Cada Estado reger-se-á pela Constituição e pelas leis que adotar, respeitados os princípios constitucionais da União.

Art. 64 - Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que fôr indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.

Parágrafo único. Os próprios nacionais que não forem necessários para o serviço da União, passarão ao domínio dos Estados, em cujo território estarão situados.

Art. 65 - É facultado aos Estados:

1º) Celebrar entre si ajustes e convenções sem caráter político (art. 48, número 16);

2º) Em geral, todo e qualquer poder ou direito, que lhes não fôr negado por cláusula expressa ou implicitamente contida nas cláusulas expressas da Constituição. (...)

Título III

DOS MUNICÍPIOS

Art. 68 - Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse.

Título IV

DOS CIDADÃO BRASILEIROS (...)

Art. 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

Parágrafo 1º) Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou as dos Estados:

1º) Os mendigos;

2º) Os analfabetos;

3º) As praças de pré, excetuado os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º) Os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual.

Parágrafo 2º) São inelegíveis os cidadãos não alistáveis. (...)

Seção II
DECLARAÇÃO DE DIREITOS

Art. 72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade nos termos seguintes:

Parágrafo 1º) Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

Parágrafo 2º) Todos são iguais perante a lei.

A República não admite privilégios de nascimento, desconhece foros de nobreza e extingue as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho.

Parágrafo 3º) Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para este fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.

Parágrafo 4º) A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita.

Parágrafo 5º) Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis.

Parágrafo 6º) Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.

Parágrafo 7º) Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o governo da União, ou dos Estados."

Fonte: BARRETO, Carlos Eduardo. *Constituições do Brasil - Volume I*. São Paulo: Saraiva, 1971. pp. 107ss.

Texto 014: Cronologia dos anos turbulentos do início da República

- 1887 :
Fundação do Clube Militar
O arcebispo da Bahia pede providências às autoridades estaduais contra Antônio Conselheiro, que chega a ser preso em Recife mas é solto
- 1888 :
13 de maio - Abolição;
02 de dezembro - Festejos do aniversário do imperador Pedro II;
dezembro - interrupção, por parte da Guarda Negra, da conferência de Silva Jardim (republicano radical) na Sociedade Francesa de Ginástica com mortos e feridos;
- 1889 :
15 de novembro - Proclamação da República
17 de novembro - Expulsão de D. Pedro II e da família imperial
- 1890 :
17 de janeiro - Reforma financeira de Rui Barbosa (aumento do meio circulante => "Encilhamento") que vai gerar inflação e intenso movimento especulativo
22 de junho - sob pressão, Deodoro convoca eleições para a Assembléia Constituinte
15 de setembro - Eleições altamente manipuladas por Deodoro
15 de novembro - Instalada, a Assembléia Constituinte reduz o mandato presidencial de 6 para 4 anos
- 1891 :
20 de janeiro - Renúncia coletiva dos ministros de Deodoro devido ao escândalo da construção do porto de Torres (RS) com favorecimento de um amigo do presidente
24 de fevereiro - Promulgada a Constituição, federalista e presidencialista, concede a cada estado o direito de contrair empréstimos no exterior, decretar impostos de exportação (favorece SP: o café representava, naquele momento, mais de 60% das exportações brasileiras), reger-se por constituição própria, ter corpos militares, códigos eleitorais e judiciários próprios;
Congresso, sob ameaças e pressões dos militares (que acenavam com uma ditadura) elege Deodoro por uma pequena margem 129 x 97 de Prudente de Moraes; o vice de Moraes, Floriano Peixoto, é eleito com 153 votos contra 57 dados ao Almt. E. Wandelkolk
2 de novembro - Congresso aprova a Lei de Responsabilidades que diminui os poderes do presidente
3 de novembro - Deodoro dissolve o Congresso e prende líderes; impõe a censura total à imprensa do Distrito Federal
22 de novembro - Greve de ferroviários da Central do Brasil; Deodoro ordena a prisão de líderes militares suspeitos (entre eles, Wandelkolk e Custódio de Mello); Custódio de Mello e seus homens tomam dois

encouraçados, três torpedeiros e navios menores, aponta os canhões contra a cidade e exige a renúncia de Deodoro;
23 de novembro - Pela manhã, Deodoro passa o cargo ao vice-presidente, Floriano Peixoto, depois de apenas 9 meses de governo;
Floriano restabelece o Congresso Nacional e suspende o estado de sítio;
Entre novembro de 1891 e março de 1892, derruba todos os governadores estaduais (que haviam apoiado Deodoro quando da dissolução do Congresso) exceto Lauro Sodré, no Pará (que fora contrário a Deodoro), substituídos por partidários de Floriano, das oligarquias estaduais ou jovens militares; foram as "derrubadas";

1892 :

janeiro - revolta da Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, comandada por um sargento, mas, ao que parece, instigada por generais e deputados descontentes; manda-se um ultimato a Floriano para que renuncie a favor de Deodoro;

21 de março - Manifesto dos 13 Generais (oficiais do Exército e da Marinha) pedindo que Floriano convocasse eleições;

3 de maio - O Congresso Nacional legaliza a permanência de Floriano (o qual deveria, na verdade, convocar eleições presidenciais, pois ainda não haviam transcorrido dois anos da gestão de Deodoro); Floriano reforma os oficiais e, dias depois, após uma manifestação, manda prender e deportar para a Amazônia numerosos líderes civis e militares (inclusive os 13 generais)

Barata Ribeiro é nomeado prefeito do Rio de Janeiro no fim do ano; ataca os especuladores dos gêneros alimentícios e, em janeiro do ano seguinte, demole o "Cabeça de Porco";

1893 :

ano em que A.Conselheiro teria começado a pregar contra a República segundo E.Cunha; queima dos editais de impostos em B.Conselho; 30 praças são enviados para prendê-lo, sem sucesso; o beato foge para Canudos, no sertão baiano;

2 de fevereiro - opositoristas do Partido Federalista ("maragatos"), que haviam sido perseguidos por Júlio de Castilhos (apoiado por Floriano) e haviam emigrado para Uruguai e Argentina, invadem o RS, iniciando um novo conflito que vai ser conhecido como Revolução Federalista e visava depor o governo castilhista. Dentre os federalistas estava Silveira Martins, antigo conselheiro do Império; os "maragatos" não eram verdadeiramente federalistas, pois defendiam um poder federal forte (sem Floriano) e a adoção do regime parlamentarista; entre fevereiro e junho sucedem-se as batalhas, com vitórias iniciais para os rebeldes, que por fim são batidos por tropas do exército, com auxílio material paulista e tropas irregulares do político castilhista Pinheiro Machado; a maioria dos revoltosos federalistas refugia-se no Uruguai (fim da 1ª fase da Revolução Federalista);

agosto - nova invasão das tropas maragatas;

abril - Fundação do PRF (Partido Republicano Federal) sob a orientação da bancada federal de S.Paulo; respaldava Floriano mas visava a eleição do 1º presidente civil;

6 de setembro - Custódio de Mello, que fora leal ao governo, vê frustradas suas pretensões presidenciais (os paulistas haviam conseguido impor P.Moraes como candidato a Floriano) e lidera a Revolta da Armada; havia uma rivalidade entre Exército e Marinha (diferente origem de classe) à qual vieram somar-se os interesses dos políticos anti-florianistas; a alegação de C.Mello era de inconstitucionalidade do governo Floriano; os revoltosos começam a bombardear o Rio de Janeiro; não conseguem desembarcar em Niterói; a população vai ser mobilizada ao acreditar que aquilo fosse um ataque monarquista;

os rebeldes gaúchos invadem SC, unem-se aos revoltosos da Marinha e avançam em direção ao PR. No RS a luta vai continuar até 10 de agosto do ano seguinte (1894), quando o caudilho Gumercindo Saraiva vai ser assassinado e degolado; os maragatos farão novas investidas ainda no governo Prudente de Moraes; ao todo, a Revolta Federalista irá durar 31 meses, causando a morte de 10 mil soldados.

9 de setembro - Saldanha da Gama adere à revolta da Armada, atraindo o apoio declarado dos monarquistas (embora Custódio de Mello não o fosse); S.Gama assume na Guanabara enquanto C.Mello vai para o sul; os revoltosos haviam tomado a cidade de Desterro, em SC, onde instalaram um 'governo provisório'

25 de setembro - Convenção do PRF escolhe Prudente de Moraes como candidato

1894 :

janeiro - federalistas invadem o PR e tomam Curitiba; florianistas, apoiado pelos paulistas, contra-atacam retomando Curitiba e Desterro (passa a se chamar Florianópolis) e encurralando os rebeldes no RS;

1º de março - Eleições em todo o Brasil (exceto os estados do sul)

10 de março - chegam à Baía de Guanabara os navios de guerra encomendados por Floriano aos EEUU;

13 de março - Saldanha da Gama e seus comandados se refugiam em dois navios portugueses; Floriano derrotara a Revolta da Armada;

22 de junho - Congresso Nacional proclama os resultados: P.Moraes 290.883 votos (266 000 para o seu vice, Manoel Vitorino);

1895 :

Os "maragatos" são vencidos, e Prudente estava decidido a anistiá-los;

Março - meses antes do armistício, alunos da Escola Militar sublevam-se contra a anistia aos federalistas;

1896 :

outubro - um juiz de Joazeiro embarga compra de madeira feita por Conselheiro para a nova igreja do arraial; o governador, pressionado, envia 100 praças, que são cercados por mais de 1000 'jagunços' conselheiristas; a população de Salvador pede o sangue do Conselheiro;

10 de novembro - afastamento do presidente P.Moraes por motivo de doença, assumindo o seu vice, o florianista Manoel Vitorino, que busca apoio nos militares dissidentes que vêm em Canudos uma ameaça monarquista;

dezembro - envio da 2ª expedição a Canudos com 543 praças, 14 oficiais, 3 médicos, 2 canhões Krupp e duas metralhadoras (melhor equipamento da época); derrota fragorosa; retirada de feridos e famintos por 200 km de sertão; o arraial aumenta enormemente em apenas 3 semanas; cresce o ânimo militarista contra Canudos e o jacobinismo exige o fim de Canudos em nome da memória de Floriano; M.César, que batera os federalistas no RS é o herdeiro do sentimento militarista;

1897 :

3 fevereiro - embarque para a BA da 3ª expedição contra Canudos em clima de grande entusiasmo c/1300 combatentes, 15 milhões de cartuchos e 70 tiros de artilharia; chegam a Canudos em março, sedentos e famintos (levaram bomba artesiana) e tentam atacar direto, à baioneta; derrota causa comoção nacional e aquilo parece a ponta do iceberg de uma conspiração restauradora (monarquista); no Rio de Janeiro, a massa excitada pela propaganda nacionalista e republicana quebra redações e tipografias de 3 jornais tidos como monarquistas; atacam e matam monarquistas criando situação anárquica; governadores de Estado, congressistas, todos pedem vingança;

4 de março - o presidente Prudente de Moraes reassume o cargo

junho de 1897 - formada a 4ª expedição contra Canudos, para redimir a 'honra nacional'; formada por 2 colunas com mais de 5 mil homens e preparada minuciosamente; no decorrer da luta, seus contingentes receberão reforços de 4 mil homens;

5 de outubro, ao entardecer - caem os 4 últimos combatentes conselheiristas: um velho, dois homens feitos e uma criança "à frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados" (E.Cunha. *Os Sertões*)

novembro - quando o presidente passava em revista as tropas vencedoras em Canudos, sofre um atentado por parte de Marcelino Bispo, suboficial do exército; o presidente escapa, mas morre o Ministro da Guerra, o Marechal Bittencourt; o atentado não é assumido por nenhuma corrente política, mas dá força moral e política para que o governo consiga o estado de sítio e passe a perseguir seus adversários, iniciando o domínio paulista;

17 de dezembro - decreto anti-protecionista, baixando as tarifas alfandegárias (que haviam sido aumentadas em 1895 por pressão dos "jacobinos") para agradar os capitalistas estrangeiros, no momento em que o café valia, no mercado internacional, 8 vezes menos do que há nove anos atrás; prepara-se, com isto, o caminho para novos empréstimos que serão conseguidos por Campos Sales em suas negociações de abril-maio de 1898; prejuízo para as fábricas de algodão;

1898 :

abril - logo após a sua eleição, Campos Sales (republicano de 1ª hora, de família abastada do interior paulista e ex-governador de SP), embarca para a Europa para negociar junto aos banqueiros ingleses (Rotschild sobretudo) uma moratória de 3 anos e um empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas para formar um "funding-loan" a ser amortizado em dez anos; oferece como garantia toda a renda da alfândega do RJ, as demais alfândegas se fosse preciso, as receitas da E.F.Central do Brasil e do serviço de abastecimento de água do RJ; o acordo incluía a queima de

papel-moeda em quantidade equivalente à das emissões do "funding" para acabar com a inflação; o ministro da Fazenda, J.Murtinho, comprime violentamente as despesas, aumenta os impostos ("Imposto do Selo"), abandona as obras públicas, desestimula as indústrias e congela os salários.

A política econômica tem o resultado esperado: entre 1898 e 1902 a moeda brasileira valoriza 50%; pagam-se os empréstimos externos do governo anterior, acumula-se saldo em ouro e cresce a receita pública. As consequências: empobrecimento geral, carestia, desemprego e estagnação econômica; ruína dos senhores de engenho nordestinos, fim das esperanças de industrialização, contribuintes exauridos, greves operárias . Banqueiros europeus voltavam a ter confiança no Brasil. Campos Sales monta a "política dos governadores", que dá sustentação política ao governo central em troca do apoio econômico e da institucionalização do poder das oligarquias estaduais.

Texto 015: Abelardo Leiva, poeta e revolucionário

Natureza e data do texto:

Passagens do romance *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* [1909], de Lima Barreto Lima Barreto (1881-1922). Neste, o autor conta as desventuras de um estudante negro que vem para a capital do país para se formar em Engenharia e acaba trabalhando em um jornal. O trecho a seguir foi retirado do cap. VII.

"Abelardo Leiva, o meu recente conhecimento, era poeta e revolucionário. Como poeta tinha a mais sincera admiração pela beleza das meninas e senhoras de Botafogo. Não faltava às regatas, às quermesses, às tómbolas [bingo], a todos os lugares em que elas apareciam em massa; e a sua musa - uma pálida musa, decentemente abotoada no Castilho e penteada diante dos espelhos de B.Lopes e Macedo Papança - quase diariamente lhe cantava a beleza 'olímpica e lirial'. Como revolucionário, dizia-se socialista adiantado, apoiando-se nas prédicas e brochuras do Senhor Teixeira Mendes, lendo também formidáveis folhetos de capa vermelha, e era secretário do Centro de Resistência dos Varredores de Rua. Vivia pobremente, curtindo misérias e lendo, entre duas refeições afastadas, as suas obras prediletas e enchendo a cidade com os longos passos de homem de grandes pernas. (...)

À tarde, encontrávamo-nos e íamos conversar a um café com alguns outros amigos dele, na mor parte desprovidos de dinheiro, com magros e humildes empregos, pretendendo virar a face do mundo para ter almoço e jantar diariamente. Leiva era o chefe, era a inteligência do grupo, pois, além de poeta, tinha todos os preparatórios para o curso de dentista. Eu gostava de notar a adoração pela violência que as suas almas pacíficas tinham, e a facilidade com que explicavam tudo e apresentavam remédios. Embora mais moço que eles, várias vezes cheguei a sorrir aos seus entusiasmos. Creio que lhes não faltava inteligência, sinceridade também; o que não encontravam era uma soma de necessidades a que viessem responder e sobre as quais apoiassem as suas furiosas declamações. Insurgiam-se contra o seu estado particular, oriundo talvez mais de suas qualidades de caráter do que de falhas de temperamento. Eram todos honestos, orgulhosos, independentes e isso não leva ninguém à riqueza e à abastança. Leiva era quem mais exagerava nos traços do caráter comum e se encarregava de pintar os sofrimentos da massa humana. Era um grupo de *protestantes*, detestando a política, dando-se ares de trabalhar para obra maior, a quem as periódicas "revoluções" não serviam. Um ou outro acontecimento vinha-lhes dar a ilusão de que eram guias da opinião. Leiva gabava-se de ter feito duas greves e de ter modificado as opiniões do operariado do Bangu com as suas conferências aplaudidas. Os outros, sem a sua enfiatura, os seus rompantes de atrevimento e a sua ambição oculta, mais sinceros talvez por isso, limitavam-se a falar e a manifestar as suas terríveis opiniões em publicações pouco lidas.

No entanto, Leiva parecia-me mais sincero na sua poesia palaciana e de modista do que nas idéias revolucionárias. Não o julgava perfeitamente hipócrita; era a sua situação que lhe determinava aquelas opiniões; o seu fundo era cético e amoroso das comodidades que a riqueza dá. Cessassem as suas dificuldades, elas desapareceriam e surgiria então o verdadeiro Leiva, indiferente aos destinos da turba, dando uma esmola em dia de mau humor e preocupado com uma ruga no fraque novo que viera do alfaiate. (...)

Os dois continuavam a conversar, quando voltei a ouvi-los. Tinham passado imprevisivelmente para a reforma social que Leiva anunciava. Agostinho, que se sentia chegar a homem rico e considerado, fazia imensos esforços para contestar as doutrinas subversivas de Leiva:

— Mas o senhor o que quer é desordem, é anarquia, é extinção da ordem social...

E Leiva sorria um instante, satisfeito que ele viesse ao encontro da sua resposta querida.

— Mas é isso mesmo, não quero outra coisa! Pois o senhor acha justo que esses senhores gordos, que andam por aí, gastem numa hora com as mulheres, com as filhas e com as amantes, o que bastava para fazer viver famílias inteiras? O senhor não vê que a pátria não é mais do que a exploração de uma minoria, ligada entre si, estreitamente ligada, em virtude dessa mesma exploração, e que domina fazendo crer à massa que trabalha para a felicidade dela? O público ainda não entrou nos mistérios da religião da Pátria... Ah! quando ele entrar!

Levado pelo calor da frase Leiva continuou a falar cheio de forças, entusiasmo: — Não há na natureza nada que se pareça com a nossa sociedade governada pelo Estado... Observe o senhor que todas as sociedades animais se governam por leis para as quais elas não colaboraram, são como preexistentes a elas, independentes de sua vontade; e só nós inventamos esse absurdo de fazer leis para nós mesmos — leis que, em última análise, não são mais que a expressão da vontade, dos caprichos, dos interesses de uma minoria insignificante... No nosso corpo há uma multidão de organismos, todos eles interdependem, mas vivem autonomamente sem serem propriamente governados por nenhum, e o equilíbrio se faz por isso mesmo. O sistema solar... Na natureza, todo o equilíbrio se obtém pela ação livre de cada uma das forças particulares...

Agostinho precisava arranjar uma objeção, mas o conhecimento das noções que Leiva punha em jogo estava completamente fora da sua atividade mental. O apóstolo-poeta, sentindo a fraqueza do adversário, exultou, e, deitando um olhar em torno, exclamou vitoriosamente:

—Eu quero a confusão geral, para que a ordem natural surja triunfante e vitoriosa!

Deitou um longo e terno olhar para a linda burguesa da vizinhança e bebeu voluptuosamente um grande gole de cerveja. Eu creio que se a nova era dependesse do seu braço, ele não deitaria a bomba para não assustar as meninas bonitas e delicadas."

Texto 016: Lima Barreto e o efeito da Revolta da Armada sobre a política de Curuzu

"A revolta tinha tido sobre a política local efeito pacificador. Todos os partidos se fizeram dedicadamente governistas, de forma que, entre os dous poderosos contendentes, o doutor Campos e o Tenente Antonino, houve um traço de união que os reconciliou e os fez entenderem-se. Ao osso que ambos disputavam encarniçadamente, chegou um outro mais forte que pôs em perigo a segurança de ambos e eles se puseram em expectativa, um instante unidos.

O candidato foi imposto pelo governo central e as eleições chegaram. É um momento bem curioso este das eleições na roça. Não se sabe bem donde saem tantos tipos exóticos. De tal forma são eles esquisitos que se pode mesmo esperar que apareçam calções e bofes de renda, espadins e gibão. Há sobrecasacas de cintura, há calças boca de sino, há chapéus de seda - todo um museu de indumentária que aqueles roceiros vestem e por uns instantes fazem viver por entre as ruas esburacadas e estradas poeirentas das vilas e lugarejos. **Não faltam também os valentões, com calças bombachas e grandes bengalões de pequiá, à espera do que der e vier."**

Fonte: *Triste fim de Policarpo Quaresma* (3ª parte, cap. IV: O Boqueirão), p.248

Texto 017: Lima Barreto, a Revolta da Armada (1893-4) e o positivismo

"Estava repleto [o trem, chegando ao Rio de Janeiro], muitas fardas de oficiais; a avaliar por ali o Rio devia ter uma guarnição de cem mil homens. Os militares palravam alegres, e os civis vinham calados e abatidos, e mesmo apavorados. Se falavam, era cochichando, olhando com precaução para os bancos de trás.

A cidade andava inçada de secretas, 'familiares' do Santo Ofício Republicano, e as delações eram moedas com que se obtinham postos e recompensas.

Bastava a mínima crítica, para se perder o emprego, a liberdade, - quem sabe ? - a vida também. Ainda estávamos no começo da revolta, mas o regímen já publicara o seu prólogo e todos estavam avisados. O chefe de polícia organizara a lista dos suspeitos. Não havia distinção de posição e talentos. Mereciam as mesmas perseguições do governo um pobre contínuo e um influente senador; um lente e um simples empregado de escritório. Demais surgiam as vinganças mesquinhas, a revide de pequenas impicâncias... Todos mandavam; a autoridade estava em todas as mãos.

Em nome do Marechal Floriano, qualquer oficial, ou mesmo cidadão, sem função pública alguma, prendia e ai de quem caía na prisão, lá ficava esquecido, sofrendo angustiosos suplícios de uma imaginação dominicana. Os funcionários disputavam-se em bajulação, em servilismo... Era um terror, um terror baço, sem coragem, sangrento, às ocultas, sem grandeza, sem desculpa, sem razão e sem responsabilidades... Houve execuções; (...)

Os militares estavam contentes, especialmente os pequenos, os alferes, os tenentes e os capitães. Para a maioria a satisfação vinha da convicção de que iam estender a sua autoridade sobre o pelotão e a companhia a todo esse rebanho de civis; mas, em muitos outros, havia sentimento mais puro, desinteresse e sinceridade. Eram adeptos desse nefasto e hipócrita positivismo, um pedantismo

tirânico, limitado e estreito, que justificava todas as violências, todos os assassinios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária, lá diz ele, ao progresso e também ao advento do regime normal, a religião da humanidade, a adoração do grão-fetiche, de fanhosas músicas de cornetins e versos detestáveis, o paraíso, enfim, com inscrições em escritura fonética e eleitos calçados com sapatos de sola de borracha...

Os positivistas discutiam e citavam teoremas de mecânica para justificar as suas idéias de governo, em tudo semelhantes aos canatos e emirados orientais.

A matemática do positivismo foi sempre um puro falatório que, naqueles tempos, amedrontava toda a gente. Havia mesmo quem estivesse convencido que a matemática tinha sido feita e criada para o positivismo, como se a Bíblia tivesse sido criada unicamente para a Igreja Católica e não também para a Anglicana. O prestígio dele, portanto, era enorme.

O trem correu, parou ainda em uma estação e foi ter à praça da República. (...) Albernaz e Bustamante entraram no Quartel-General. Penetraram no grande casarão, no meio do retinir de espadas, de toques de cornetas; o grande pátio estava cheio de soldados, bandeiras, canhões, feixes de armas ensarilhadas, baionetas reluzindo ao sol oblíquo...

p.182 Fontes estava indignado, todo ele era horror, maldição contra os insurrectos, e propunha os piores castigos.

- Hão de ver o resultado... Piratas! Bandidos! Eu, no caso do marechal, se os pegasse... ai deles!

O tenente não era feroz nem mau, mas antes bom e generoso, mas era positivista e tinha da sua República uma idéia religiosa e transcendente. Fazia repousar nela toda a felicidade humana e não admitia que a quisessem de outra forma que não aquela que imaginava boa. Fora daí não havia boa fé, sinceridade; eram heréticos interesseiros, e, dominicano do seu barrete frígido, raivoso por não poder queimá-los em autos-de-fé, congesto, via passar por seus olhos uma série enorme de réus (...) "

Fonte: *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, pp.179-181.

Texto 018: Lima Barreto descreve Floriano Peixoto

p.194ss. (Quaresma vem de Curuzu à capital encontrar-se com F.Peixoto)

"Quaresma pôde então ver melhor a fisionomia do homem que ia enfeixar em suas mãos, durante quase um ano, tão fortes poderes, poderes de Imperador Romano, pairando sobre tudo, limitando tudo, sem encontrar obstáculo algum aos seus caprichos, às suas fraquezas e vontades, nem nas leis, nem nos costumes, nem na piedade universal e humana.

Era vulgar e desoladora. O bigode caído; o lábio inferior pendente e mole a que se agarrava uma grande 'mosca'; os traços flácidos e grosseiros; não havia nem o desenho do queixo ou olhar que fosse próprio, que

p.195 revelasse algum dote superior. Era um olhar mortiço, redondo, pobre de expressões, a não ser tristeza que não lhe era individual, mas nativa, de raça; e todo ele era gelatinoso - parecia não ter nervos.

Não quis o major ver em tais sinais nada que lhe denotasse o caráter, a inteligência e o temperamento. Essas cousas não vogam, disse ele de si para si.

O seu entusiasmo por aquele ídolo político era forte, sincero e desinteressado. Tinha-o na conta de enérgico, de fino e supervidente, tenaz e conhecedor das necessidades do país, manhoso talvez um pouco, uma espécie de Luís XI forrado de um Bismarck. Entretanto, não era assim. Com uma ausência total de qualidades intelectuais, havia no caráter do Marechal Floriano uma qualidade predominante: tibieza de ânimo; e no seu temperamento, muita preguiça. Não era a preguiça comum, essa preguiça de nós todos; era uma preguiça mórbida, como que uma pobreza de irrigação nervosa, provinda de uma insuficiente quantidade de fluido no seu organismo. Pelos lugares que passou, tornou-se notável pela indolência e desamor às obrigações dos seus cargos.

Quando diretor do arsenal de Pernambuco, nem energia tinha para assinar o expediente respectivo; e durante o tempo em que foi ministro da Guerra, passava meses e meses sem lá ir, deixando tudo por assinar, pelo que 'legou' ao seu substituto um trabalho avultadíssimo.

Quem conhece a atividade papeleira de um Colbert, de um Napoleão, de um Filipe II, de um Guilherme I da Alemanha, em geral todos grandes homens de Estado, não compreende o descaso florianesco pela expedição de ordens, explicações aos subalternos, de suas vontades, de suas vistas. Certamente deviam ser necessárias tais transmissões para que o seu senso superior se fizesse sentir e influísse na marcha das cousas governamentais e administrativas.

Dessa preguiça de pensar e de agir, vinha o seu mutismo, os seus misteriosos monossílabos, levados à altura de ditos sibilinos, as famosas 'encruzilhadas dos talvezes' que tanto reagiram sobre a inteligência e imaginação nacionais, mendigas de heróis e grandes homens.

Essa doentia preguiça, fazia-o andar de chinelos e deu-lhe aquele aspecto de calma superior, calma de grande homem de Estado ou de guerreiro extraordinário.

Toda a gente ainda se lembra como foram os primeiros meses de governo. A braços com o levante de presos, praças e inferiores da fortaleza de Santa Cruz, tendo mandado fazer um inquérito, abafou-o, com medo que as pessoas indicadas como instigadoras não fizessem outra sedição, e, não contente com isso, deu a essas pessoas as melhores e mais altas recompensas.

Demais, ninguém pode admitir um homem forte, um César, um Napoleão, que permita aos subalternos aquelas intimidades deprimentes e tenha com eles as condescendências que ele tinha, consentindo que o seu nome servisse de lábaro para uma vasta série de crimes de toda a espécie.(...)

De resto, a lentidão com que sufocou a revolta de 6 de setembro [de 1893 - Revolta da Armada] mostra bem a incerteza, a vacilação de vontade de um homem que dispunha daqueles extraordinários recursos que estavam às suas ordens.

Há uma outra face do Marechal Floriano que muito explica os seus movimentos, atos e gestos. Era o seu amor à família, um amor entranhado, alguma coisa de patriarcal, de antigo que já se vai esvaindo com a marcha da civilização.

Em virtude de insucessos na exploração agrícola de duas das suas propriedades, a sua situação particular era precária, e não queria morrer sem deixar à família as suas propriedades agrícolas desoneradas do peso das dívidas.

Honesto e probo como era, a única esperança que lhe restava, repousava nas economias sobre os seus ordenados. Daí lhe veio essa dubiedade, esse jogo com pau de dois bicos, jogo indispensável para conservar os rendosos lugares

que teve e o fez atarraxar-se tenazmente à presidência da República. A hipoteca do 'Brejão' e do 'Duarte' foi o seu nariz de Cleópatra...

A sua preguiça, a sua tibieza de ânimo e o seu aor fervoroso pelo lar deram em resultado esse 'homem-talvez' que, refractado nas necessidades mentais e sociais dos homens do tempo, foi transformado em estadista, em Richelieu, e pôde resistir a uma séria revolta com mais teimosia que vigor, obtendo vidas, dinheiro e despertando até entusiasmo e fanatismo.

Esse entusiasmo e esse fanatismo, que o ampararam, que o animaram, que o sustentaram, só teriam sido possíveis, depois de ter ele sido ajudante general do Império, senador, ministro, isto é, após se ter 'fabricado' à vista de todos e cristalizado na mente de todos.

A sua concepção de governo não era o despotismo, nem a democracia, nem a aristocracia; era a de uma

p.198 **tiranía doméstica. O bebê portou-se mal, castiga-se.** Levada a cousa ao grande **o portar-se mal era fazer-lhe oposição, ter opiniões contrárias às suas e o castigo não eram mais palmadas, sim, porém, prisão e morte. Não há dinheiro no Tesouro; ponham-se as notas recolhidas em circulação, assim como se faz em casa quando chegam visitas e a sopa é pouca: põe-se mais água** [o Encilhamento].

Demais, a sua educação militar e a sua fraca cultura deram mais realce a essa concepção infantil, raiando-a de violência, não tanto por ele em si, pela sua perversidade natural, pelo seu desprezo pela vida humana, mas pela fraqueza com que acobertou e não reprimiu a ferocidade de seus auxiliares e asseclas.

Quaresma estava longe de pensar nisso tudo; ele com muitos homens honestos e sinceros do tempo, foram tomados pelo entusiasmo contagioso que Floriano conseguira despertar. Pensava na grande obra que o Destino reservava àquela figura plácida e triste; na reforma radical que ele ia levar ao organismo aniquilado da pátria, que o major se habituara a crer a mais rica do mundo, embora, de uns tempos para cá, já tivesse dúvidas a certos respeito.

Decerto ele não negaria tais esperanças e a sua ação poderosa havia de se fazer sentir pelos oito milhões de quilômetros quadrados do Brasil, levando-lhes estradas, segurança, proteção aos fracos, assegurando o trabalho e promovendo a riqueza. (...)

p.199 (...) Floriano tinha essa capacidade de guardar fisionomias, nomes, empregos, situações dos subalternos com quem lidava. Tinha alguma cousa de asiático; era cruel e paternal ao mesmo tempo."

Fonte: *Triste fim de Policarpo Quaresma* (3ª parte, cap. I: Patriotas)

Texto 019: Lima Barreto e o apostolado positivista

“Foi Leiva o meu iniciador no Rio de Janeiro. Deu-me relações, ensinou-me as maneiras, o calão da boêmia, levou-me aos lugares curiosos e consagrados. Com ele fui ao Apostolado Positivista ouvir o Senhor Teixeira Mendes. Um grande matemático, disse-me; a primeira cabeça do Brasil, uma inteligência enciclopédica, uma erudição segura, e, sobretudo, um caráter e um coração!

Um domingo, em que havíamos saído do Apostolado, vínhamos descendo pachorrentamente o cais da Glória, a conversar.

Leiva viera pela Rua Benjamin Constant abaixo gabando a eloquência do venerável Senhor Mendes, a sua virtude, a sua sobriedade e contara-me por alto a surra que ele dera no Bertrand, da Academia Francesa, em assunto de Matemática. Eu ouvi-o sem coragem de contestar, embora não compartilhasse as suas crenças. Não era a primeira vez que ia ao Apostolado, mas quando via o vice-diretor sair rapidamente por detrás de um retábulo, na absida da capela, ao som de um tímpano rouco, arrepanhando a batina, com aquele laço verde no braço, dava-me vontade de rir às gargalhadas. Demais, ficava assombrado com a firmeza com que ele anunciava a felicidade contida no *Positivismo* e a simplicidade dos meios necessários para a sua vitória: bastava tal medida, bastava essa outra — e todo aquele rígido sistema de regras, abrangendo todas as manifestações da vida coletiva e individual, passaria a governar, a modificar costumes, hábitos e tradições. Explicava o catecismo. Abria o livro, lia um trecho e procurava o caminho para alusões a questões atuais, repetindo fórmulas para se obter um bom governo que tendesse a preparar a era normal — o advento final da Religião da Humanidade. E eu achava toda aquela dissertação tão intelectual, tão balda de comunicação, tão incapaz de erguer dentro de mim o devotamento, o altruísmo, “o esforço sobre mim mesmo em favor dos outros”, como dizia o apóstolo, que me quedava a indagar até que ponto o auditório respeitoso estava convencido e ate que ponto fingia convicção.

Havia trechos em que ele insistia com particular agrado. Via-se que neles repousava a conversão dos espíritos. Não me esqueci que ele amava repetir que a Física, a Química, a Biologia, a Sociologia, todas as ciências e todo o esforço humano de qualquer ordem tinham preparado lentamente e tendiam para a religião da humanidade; era ela como a coroação, a cúpula do edifício do pensamento e dos sentimentos da humanidade. Citava trechos de grandes poetas nesse sentido, e procurava dados históricos. Quando se oferecia ocasião, esboçava a ordem futura, cotejando-a com a presente. O médico, o professor e o sacerdote estariam juntos em um mesmo homem, cujos serviços seriam gratuitos; todos exerceriam um ofício manual e os capitais acumulados em poucas mãos seriam empregados em benefício social. A quantas necessidades presentes daquele auditório não iria dar remédio a promessa daquela sociedade a vir?! Os homens têm amor à utopia quando condensada em fórmulas de felicidade; e aqueles militares, funcionários, estudantes, encontravam naquelas afirmações, repetidas com tanta segurança e cuja verdade não procuravam examinar, um alimento para a fome de felicidade da espécie e um consolo para os seus maus dias presentes.

Pelo caminho, ouvi repetirem as palavras do Mestre e apoiarem-se nelas para criticar atos do Governo, projetos da Câmara — esse viveiro de bacharéis ignorantes que não sabem Matemática.

Observei que o meu próprio amigo Leiva partia também dessa crença pitagórica das virtudes da Matemática para condenar e criticar o governo e os governantes; entretanto, além daquelas explicações filosóficas do Senhor Teixeira Mendes, ele sabia pouco mais do que as quatro operações na ciência divina.

— Vê tu, dizia-me ele, quem no Brasil tem conhecimentos mais seguros que o T. Mendes? E acrescentava logo: como se pode acreditar que, na nossa época científico-industrial, um homem que não conhece como se fabricam os encanamentos d'água, as propriedades do ferro e o seu tratamento industrial, as teorias hidráulicas, poderá aquilatar e dirigir os serviços de uma cidade moderna, cuja primeira necessidade é um seguro e farto abastecimento d'água?

Leiva gostava de falar; e, quando a matéria lhe agradava, o cansaço dificilmente vinha. Eu amava ouvi-lo, pois tinha uma bela voz, acariciante e de agradável timbre, e que vibrava musicalmente ao chegar-lhe a paixão. Continuou:

— Antigamente, todos os governantes tinham, ou antes, estavam ao par do saber de seu tempo, e só com a necessidade do estabelecimento de novas ciências—o que fez a especialização dos conhecimentos — deixaram tão salutar regra. Hoje porém, graças ao sobre-humano cérebro de Comte — o maior talvez depois de *Aristóteles* — o saber voltou à unidade útil e moral dos outros tempos. A síntese foi feita e os estadistas verdadeiramente dignos, servidores práticos da Humanidade, poderão encontrar nela um seguro farol para guiá-los.

Não me animei a perguntar-lhe se a síntese de que falava continha também a questão do abastecimento d'água. Senti a sinceridade momentânea de suas palavras, ditas até com certo entusiasmo; e quando alguém me fala desse modo, encho-me de respeito e de amizade. Vínhamos descendo a rua e assim continuamos um instante calados. Houve uma ocasião, em que, quase sem refletir, perguntei ao Leiva:

— Como você é ao mesmo tempo anarquista e positivista — uma doutrina de ordem, de submissão, que espera a vitória pelo resultado fatal das leis sociológicas?

— Ora você! Eu quero uma confusão geral, um abalo completo desta ordem iníqua, para então... O Mendes é simples, e bom, pensa que isso vai como ele quer: mas é preciso... Olhe, o Cristianismo..."

Fonte: *Recordações do escrivão Isaías Caminha* [1909], cap. VII, p.78

Texto 020: Lima Barreto e o Coronelismo

p.24 "Gostava dele [o tio de Isaías Caminha]. Era um homem leal, valoroso, de pouca instrução, mas de coração aberto e generoso. **Contavam-lhe façanhas, bravatas portentosas, levadas ao cabo, pelos tempos em que fora, nas eleições, esteio do partido liberal.** Pelas portas das vendas, quando passava, cavalgando o seu simpático cavalo magro, com um saco de cartas à garupa, murmuravam: 'Que songamonga ! Já liquidou dois...'

Eu sabia do caso, estava mesmo convencido de sua exatidão; entretanto, apesar de minhas idiotas exigências de moral inflexível, não me envergonhava de estimá-lo, amava-o até, sem mescla de terror, já pela decisão do seu caráter, já pelo apoio certo que nos dera, a mim e a minha mãe, quando veio a morrer meu pai, vigário da freguesia de ***. Animara a continuar os meus estudos, fizera sacrifícios para me dar vestuário e livros, desenvolvendo assim uma atividade acima dos meus recursos e forças.

Durante os dois anos que passei, depois de ter concluído humanidades, o seu caráter atrevido conseguia de quando em quando arranjar-me um ou outro trabalho. Desse modo, eu ia vivendo uma doce e medíocre vida roceira, sempre perturbada, porém, pelo estonteante propósito de me largar para o Rio. Vai Isaías ! Vai !

Meu tio ergueu a cabeça, passou o olhar demoradamente sobre mim e disse:

- Fazes bem !

Acabou de tomar o café, pediu o capote e convidou-me:

- Vem comigo. **Vamos ao coronel... Quero pedir-lhe que te recomende ao doutor Castro, deputado.**" (...)

p.25 "Durante quarenta minutos, patinhamos na lama do caminho, até à casa do Coronel Belmiro. Mal tínhamos empurrado a porteira que dava para a estrada, o vulto grande do fazendeiro assomou no portal da casa, redondo, num longo capote e coberto de um largo chapéu de feltro preto. Aproximamo-nos.

- Oh! Valentim! fez preguiçosamente o coronel. Você traz cartas? Devem ser do Trajano, conhece? Sócio do Martins, da Rua dos Pescadores...

- Não senhor, interrompeu meu tio.

- Ah! É seu sobrinho... nem o conheci... Como vai, menino? Não esperou a minha resposta; continuou logo em seguida:

- Então, quando vai para o Rio? Não fique aqui... Vá... Olhe, o senhor conhece o Azevedo ?

- É disso mesmo que vínhamos tratar. Isaías quer ir para o Rio e eu vinha pedir a Vossa Senhoria...

- O quê? Interrompeu assustado o coronel.

- Eu queria que Vossa Senhoria, senhor coronel, gaguejou o tio Valentim, recomendasse o rapaz ao doutor Castro.

O coronel esteve a pensar. Mirou-me de alto a baixo, finalmente falou:

- Você tem direito, Seu Valentim... É ... Você trabalhou pelo Castro... Aqui pra nós: se ele está eleito, deve-o a mim e aos defuntos, e a você que desenterrou alguns.

Riu-se muito, cheio de satisfação por ter repetido tão velha pilhéria e perguntou amavelmente em seguida:

- O que é que você quer que lhe peça ?

- Vossa Senhoria podia dizer na carta que o Isaías ia ao Rio estudar, tendo já todos os preparatórios, e precisava, por ser pobre, que o doutor lhe arranjasse um emprego.

O coronel não se deteve, fez-nos sentar, mandou vir café e foi a um compartimento junto escrever a missiva.

Não se demorou muito; as suas noções gramaticais não eram suficientemente fortes para retardar a redação de uma carta. Demoramo-nos ainda um pouco, e quando nos despedíamos, o coronel abraçou-me dizendo:

- Faz bem, menino. Vá, trabalhe, estude, que isto aqui é uma terra à-toa com licença da palavra, de m... O Castro deve fazer alguma coisa por você. Ele foi assim também... O pai, você o conheceu, Seu Valentim?

- Sim, coronel, disse meu tio.

- ... era muito pobre, muito mesmo... O Hermenegildo, o Castro, quis estudar. Nós... nós, não, eu, principalmente, que era presidente, arranjei-lhe uma subênção da Câmara... E foi assim. Hoje, acrescentou o coronel imediatamente, não é preciso, o Rio é muito grande, há muitos recursos... Vá menino!"

Fonte: *Recordações do escrivão Isaías Caminha* [1909], cap. I

Texto 021: Passagens sobre chefes em Grande Sertão: Veredas

Medeiro Vaz:

"Medeiro Vaz, retratal, barbaça, com grande chapéu rebuçado, aquela pessoa sisuda, circunspecto com todas as velhices, sem nem velho ser", era "homem sobre o sisudo, nos usos formado, não gastava as palavras. Nunca relatava antes o projeto que tivesse, que marchas se ia amanhecer para dar. Também, tudo nele decidia a confiança de obediência. Ossoso, com a nuca enorme, cabeçona meia baixa, ele era dono do dia e da noite - que quase não dormia mais: sempre se levantava no meio das estrelas, percorria o arredor, vagaroso, em passos, calçado com suas boas botas de caititu, tão antigas. Se ele em honrado juízo achasse que estava certo, Medeiro Vaz era solene de guardar o rosário na algibeira, se traçar o sinal-da-cruz e dar firme ordem para se matar uma a uma as mil pessoas." "Medeiro Vaz era duma raça de homem que o senhor mais não vê. (...) Ele tinha conspeito tão forte, que perto dele até o doutor, o padre e o rico, se compunham. Podia abençoar ou amaldiçoar, e homem mais moço, por valente que fosse, de beijar a mão dele não se vexava. Tenente nos gerais - ele era."

Joca Ramiro:

"E Joca Ramiro. A figura dele. Era ele, num cavalo branco - cavalo que me olha de todos os altos. Numa sela bordada, de Jequié, em labores de preto-e-branco. As rédeas bonitas, grossas, não sei de que trançado. E ele era um homem de largos ombros, a cara grande, corada muito, aqueles olhos. Como é que vou dizer ao senhor? Os cabelos pretos, anelados? O chapéu bonito? Ele era um homem. Liso bonito. Nem tinha mais outra coisa em que se reparar. (...) A gente tinha até medo de que, com tanta aspereza da vida, do sertão, machucasse aquele homem maior, ferisse, cortasse. E, quando ele saía, o que ficava mais, na gente, como agrado em lembrança, era a voz. Uma voz sem pingo de dúvida, nem tristeza. Uma voz que continuava."

E, em outro passo, evocando O chefe morto: "Joca Ramiro, tão diverso e reinante que, mesmo em quando ainda parava vivo, era como se já estivesse constando de falecido."

Zé Bebelo

Zé Bebelo, prisioneiro, submetido a julgamento, arenga:

"... Altas artes que agradeço, senhor chefe Joca Ramiro, este sincero julgamento, esta bizarria... Agradeço sem tremor de medo nenhum, nem agências de adulação! Eu, José, Zê Bebelo, é meu nome: José Rebelo Adro Antunes! Tataravô meu Francisco Vizeu Antunes - foi capitão-decavalos... Demarco idade de quarenta-e-um anos, sou filho legitimado de José Ribamar Pacheco Antunes e Maria Deolinda Rebelo; e nasci na bondosa vila mateira do Carmo da Confusão..." (...)"Agradeço os que por mim bem falaram e puniram... Vou depor. Vim para o Norte, pois vim, com guerra e gastos, à frente de meus homens, minha guerra... Sou crescido valente, contra homens valentes quis dar o combate. Não está certo? Meu exemplo, em nomes, foram estes: Joca Ramiro, Joãozinho Bem-Bem, Sô Candelário!... e tantos outros afamados chefes, uns aqui presentes, outros que não estão..."

Diálogo entre Joca Ramiro e Zé Bebelo.

- "O julgamento é meu, sentença que dou vale em todo este norte. Meu povo me honra. Sou amigo dos meus amigos políticos, mas não sou criado deles, nem cacundeiro. A sentença vale. A decisão. O senhor reconhece?"

- "... Agora, com sua licença, a pergunta faço: pelo quanto tempo eu tenho de estipular, sem voltar neste Estado, nem na Bahia?"

- "Até enquanto eu vivo for, ou não der contra-ordem..."

E o vencido, cumprindo a palavra dada, vai rumo de Goiás, escoltado honrosamente pelo cabra Friol, distância de três léguas, "por o uso de resguardado território"; Joca Ramiro deixa o acampamento para região ignorada: "Lá ia ele, deveras, em seu cavalo branco, ginete - ladeado por Sô Caridelário e o Ricardão - igual iguais galopavam."

Bibliografia: ROSA,Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. E também PROENÇA,Manuel Cavalcanti, "*Dom Riobaldo do Urucuia, Cavaleiro dos campos gerais*" (artigo obtido no site Esquina da Literatura: www.spaceports.com/~esquina)

Texto 022: Lima Barreto e a República dos Doutores

p.26 "As cigarras puseram-se a estridular e vim vindo de cabeça baixa, sem apreensões, cheio de esperanças, exuberante de alegrias.

A minha situação no Rio estava garantida. Obteria um emprego. Um dia pelos outros iria às aulas, e todo o fim de ano, durante seis, faria os exames, ao fim dos quais seria doutor !

Ah ! Seria doutor ! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício presente, cruciante e onímodo de minha cor... Nas dobras do pergaminho da *carta**, traria presa a consideração de toda a gente. Seguro do respeito à minha majestade de homem, andaria com ela mais firme pela vida em fora. Não titubearia, não hesitaria, livremente poderia falar, dizer bem alto os pensamentos que se estorciam no meu cérebro.

O flanco, que a minha pessoa, na batalha da vida, oferecia logo aos ataques dos bons e dos maus, ficaria mascarado, disfarçado...

Ah! Doutor! Doutor!... Era mágico o título, tinha poderes e alcances múltiplos, vários, polifórmicos... Era um *pallium*** [manto usado pelos gregos antigos], era alguma coisa como clâmide [tipo de capote usado pelos antigos gregos] sagrada tecida com fio tênue e quase imponderável, mas a cujo encontro os elementos, os maus olhares, os exorcismos se quebravam. De posse dela, as gotas da chuva afastar-se-iam transidas do meu corpo, não se animariam a tocar-me nas roupas, no calçado sequer. O invisível distribuidor dos raios solares escolheria os mais meigos para me aquecer, e gastaria os fortes, os inexoráveis, com **o comum dos homens que não é doutor**. Oh! Ser formado, de anel no dedo, sobrecasaca e cartola, inflado e grosso, como um sapo-intanha antes de ferir a martelada à beira do brejo; andar assim pelas ruas, pelas praças, pelas estradas, pelas salas, recebendo cumprimentos: Doutor, como passou ? Como está, doutor ? Era sobre-humano !..." (...)

p.27 "Almocei, saí até a cidade próxima para fazer as minhas despedidas, jantei e, sempre, aquela visão doutoral não me deixava. Uma face dela me aparecia, depois outra mais brilhante; esta provocava uma consideração, aquela mais uma propriedade da carta onipotente. De noite, no teto da minha sala baixa, pelos portais, pelas paredes, eu via escrito pela luz do lampião de petróleo - Doutor! Doutor!

Quantas prerrogativas, quantos direitos especiais, quantos privilégios, esse título dava! Podia ter dois e mais empregos apesar da Constituição; teria direito à prisão especial e não precisava saber nada. Bastava o diploma. Pus-me a considerar que isso devia ser antigo... Newton, César, Platão e Miguel Ângelo deviam ter sido doutores!

Foram os primeiros legisladores que deram à carta esse prestígio extra-terrestre... Naturalmente, teriam escrito nos seus códigos: tudo o que há no mundo é propriedade do doutor, e se alguma coisa outros homens gozam, devem-no à generosidade do doutor. Era uma outra casta, para a qual eu entraria, e desde que penetrasse nela, seria de osso, sangue e carne diferente dos outros - tudo isso de uma qualidade transcendente, fora das leis gerais do Universo e acima das fatalidades da vida comum.

- Levas toda a roupa, Isaías ? Veio interromper minha mãe.

Eu estava deitado num velho sofá amplo. Lá fora, a chuva caía com redobrado vigor e ventava fortemente. A nossa casa frágil parecia que, de um momento para outro, ia ser arrastada. Minha mãe ia e vinha de um quarto

próximo; removia baús, arcas; cosia, faticava. Eu devaneava e ia-lhe vendo o perfil esquálido, o corpo magro, premido de trabalhos, as faces cavadas, com os maxilares salientes, tendo pela pele parda manchas escuras, como se fossem de fumaça entranhadas." (...) "Aos seus olhos - muitas vezes se me veio a afigurar - eu era como uma rapariga, do meu nascimento e condição, extraordinariamente bonita, vivaz e perturbadora... Seria demais tudo isso; cercá-la-ia logo o ambiente de sedução e corrupção, e havia de acabar por aí, por essas ruas..."

p.28 "- Vai, meu filho, disse-me ela afinal. Adeus!... E não te mostres muito, porque nós..."

* Carta: Diploma; documento oficial, que atribui a alguém um cargo ou título, ou um privilégio. (N.E.)

** Pallium: Forma latina de pálio, manto usado pelos gregos antigos. (N.E.)

Fonte: *Recordações do escrivão Isaías Caminha* [1909], cap. I

Texto 023: Cronologia de Canudos

1828 : Nasce Antônio Vicente Mendes Maciel (Antônio Conselheiro) em Quixeramobim, no CE, filho de pequeno comerciante, que tencionava encaminhá-lo ao sacerdócio e deu-lhe estudos em português, latim e francês;

1857 : casa-se na sua cidade natal

1861 : Transfere-se para Ipu e trabalha como advogado dos pobres; abandona a mulher ao surpreendê-la com um amante; segue para o Crato, acompanhando missionários evangelizadores e ganhando a vida como vendedor ambulante e negociante de aguardente;

1874 : aparece esmolando em Itabaiana, seguido pelos primeiros fiéis, um dos quais carregava um 'oratório tosco'; nesse período, talvez tenha acompanhado missionários estrangeiros ou o Padre Mestre Ibiapina (que percorria o sertão criando casas de caridade, construindo cemitérios, capelas, igrejas e açudes)

1876 : Antônio Conselheiro entra no sertão baiano e na vila de Itapicuru de Cima "obrigou as mulheres a cortar os cabelos e a queimar xales, sapatos e objetos de luxo condenados pela religião"

1877 : (Notícia publicada na famosa folhinha *Laemmert* no RJ em 1877, citado por Euclides da Cunha em *Os Sertões*;)

"Apareceu no sertão do Norte um indivíduo, que se diz chamar Antônio Conselheiro, e que exerce grande influência no espírito das classes populares servindo-se do seu exterior misterioso e costumes ascéticos, com que impõe à ignorância e à simplicidade. Deixou crescer a barba e cabelos, veste uma túnica de algodão e alimenta-se tenuamente, sendo quase uma múmia. Acompanhado de duas professoras, vive a rezar terços e ladainhas e a pregar e a dar conselho às multidões, que reúne, onde lhe permitem os párocos; e movendo sentimentos religiosos, vai arrebanhando o povo e guiando-o a seu gosto. Revela ser homem inteligente, mas sem cultura."

1882 : Tensões na alta hierarquia do clero baiano; em 1882 o arcebispo da BA, envia uma carta circular aos párocos na qual dizia:

*'Chegando ao nosso conhecimento, que pelas freguesias do centro desse arcebispado, anda um indivíduo denominado Antônio Conselheiro, pregando ao povo, que se reúne para ouvi-lo, **doutrinas supersticiosas e uma moral excessivamente rígida com que está perturbando as consciências e enfraquecendo, não pouco, a autoridade dos párocos destes lugares**, ordenamos a V.Revma., que não consinta em sua freguesia semelhante abuso (...) visto como, competindo na igreja católica, somente aos ministros da religião, a missão santa de doutrinar os povos, um secular, quem quer que ele seja, ainda quando muito instruído e virtuoso, não tem autoridade para exercê-la.'*

1887 : O arcebispo da Bahia pede providências às autoridades estaduais contra Antônio Conselheiro, que seg. a autoridade religiosa pregava "doutrinas subversivas, fazendo grande mal à religião e ao Estado (...) insurgindo-se contra as autoridades constituídas, às quais não obedecia e manda desobedecer"; o Conselheiro foge da Bahia e chega a ser preso em Recife mas é solto; ao retornar à Bahia, alguns padres, devido às proibições do arcebispo, não consentiam que ele pregasse, o que leva a seu isolamento.

1893 : ano em que A.Conselheiro teria começado a pregar contra a República segundo E.Cunha; queima dos editais de impostos em B.Conselho; 30 praças são

enviados para prendê-lo, sem o beato foge para Canudos (uma velha fazenda de gado), no sertão baiano;

- Logo a vinda de Antônio Conselheiro, para aquele lugar “cingido de montanhas, onde não penetraria a ação do governo maldito” (E.C.), atrai levas de populares. Segundo o Barão de Geremoabo, citado por E.C.:

“Alguns lugares desta comarca e de outras circunvizinhas, e até do Estado de Sergipe ficaram desabitadas, tal a aluvião de famílias que subiam para os Canudos, lugar escolhido por Antônio Conselheiro para o centro de suas operações. Causava dó verem-se expostos à venda nas feiras, extraordinária quantidade de gado cavalariço, vacum, caprino, etc., além de outros objetos, por preços de nonada, como terrenos, casas, etc. O anelo extremo era vender, apurar algum dinheiro e ir reparti-lo com o Santo Conselheiro”

Não sabemos quais eram exatamente as críticas do Conselheiro à República nesta época, mas, anos mais tarde, em Canudos, ele falava assim aos fiéis:

'é impotente o poder humano para acabar com a religião. O presidente da República, porém, movido pela incredulidade que tem atraído sobre ele toda sorte de ilusões, entende que pode governar o Brasil como se fora um monarca legitimamente constituído por Deus; tanta injustiça os católicos contemplam amargurados. Oh! (...) é necessário que se sustente a fé da Igreja. A religião santifica tudo e não destrói coisa alguma, exceto o pecado. Daqui se vê que o casamento civil ocasiona a nulidade do casamento, conforme manda a santa madre Igreja de Roma, contra a disposição mais clara do seu ensino.'

Diz-se, que no arraial,

'cada família tinha o direito de conservar sua criação e roçado. No ato da chegada, cada um entregava metade do que possuía. Os desvalidos eram alimentados. Os demais viviam do seu trabalho. Conselheiro recebia esmolas que lhe chegavam de vários pontos da Bahia e de outros estados. Conseguia adquirir gêneros alimentícios a baixos preços. Circulava dinheiro do Império e da República (...) Havia também uma espécie de vale, impresso e garantido por Antônio Vilanova, que era proprietário de uma casa comercial em Canudos. Esse vale tinha franca aceitação nas localidades vizinhas. Os ladrões eram presos e enviados às autoridades baianas. As meretrizes eram deportadas. Não se permitia o uso de cachaça. Os que viviam em concubinato eram casados por ocasião das visitas do Padre Sabino, vigário de Cumbe, que tinha casa em Canudos, onde celebrava, casava e batizava na própria igreja construída por Conselheiro'.

- Embora seja impossível determinar a população do arraial, pelo número de casas destruídas em 1897 (5.200), calcula-se que lá viviam cerca de 30 mil pessoas; a cidade era chamada de Belo Monte e nela havia a seguinte hierarquia:

- i. O Conselheiro
- ii. Sub-chefes como
 - João Abade, comandante de rua (segurança e guerra)
 - Antônio Vilanova, escrivão de casamentos (assuntos civis e administrador do patrimônio)
 - Antônio Beatinho, assessorado por 8 beatas, ajudava o chefe nas práticas religiosas

iii. Companhia do Bom Jesus, Guarda Católica ou Santa Companhia do Bom Jesus: 800 homens e duzentas mulheres formavam um corpo especial com os crentes mais dedicados que se despojavam de tudo, formando uma irmandade ou confraria; juntamente com os mais ricos, os componentes da Cia habitavam em verdadeiras casas, cobertas de telhas e próximas das igrejas;

iv. *Nos ranchos, o restante da população; antes que a repressão aumentasse, o comércio com as cidades vizinhas era intenso e havia alguns comerciantes prósperos;*

- *O Conselheiro governava o arraial com mão-de-ferro segundo Euclides da Cunha:*

"Polícia de bandidos

Graças a seus braços fortes, Antônio Conselheiro dominava o arraial, corrigindo os que saíam das trilhas demarcadas. Na cadeia ali paradoxalmente instituída - a *poeira*, no dizer dos jagunços - viam-se, diariamente, presos pelos que haviam cometido a leve falta de alguns homicídios os que haviam perpetrado o crime abominável de faltar às rezas.

Inexorável para as pequenas culpas, nulíssima para os grandes atentados, a justiça era, como tudo o mais, antinômica, no *clã* policiado por facinoras. Visava uma delinquência especial, traduzindo-se na inversão completa do conceito do crime. Exercitava-se, não raro duramente, cominando penas severíssimas sobre leves faltas.

O uso da aguardente, por exemplo, era delito sério. Ai! do dipsomaniaco incorrigível que rompesse o interdito imposto !

Conta-se que de uma feita alguns tropeiros inexpertos, vindos do Juazeiro, foram ter a Canudos, levando alguns barris do líquido inconcensso. Atraíam os o engôdo de lucro inevitável. Levavam a eterna cúmplice das horas ociosas dos matutos. Ao chegarem, porém, tiveram, depois de descarregarem na praça a carga valiosa, desagradável surpresa. Viram, ali mesmo, abertos os barris, a machado, e inutilizado o contrabando sacrílego. E volveram rápidos, desapontados, tendo às mãos, ao invés do ganho apetecido, o ardor de muitas dúzias de palmatoadas, amargos bolos com que os presenteara aquela gente ingrata.

Este caso é expressivo. Sólida experiência ensinara ao Conselheiro todos os perigos que adviriam dêste *hachich* nacional. Interdizia-o menos por debelar um vício que para prevenir desordens. Mas fora do povoado, estas podiam espalhar-se à larga. Dali partiam bandos turbulentos arremetendo com os arredores. Tôda a sorte de tropelias eram permitidas, desde que aumentassem o patrimônio da grei. Em 1894, as algaras, chefiadas por valentões de nota, tornaram-se alarmantes. Foram em um crescendo tal, de depredações e desacatos, que despertaram a ação dos poderes constituídos, originando mesmo calorosa e inútil discussão na Assembléia Estadual da Bahia."

1895 :Dois capuchinhos italianos, a mando do arcebispo da BA, entram no arraial com a missão de dispersar o povo; Conselheiro os recebe e permite que ministrem os sacramentos, mas opõe-se à sua missão política; No relatório dos religiosos eles dizem:

"Conselheiro justificava os homens armados que mantinha à sua volta por necessidade de sua defesa, dizendo: 'No tempo da monarquia deixei-me

prender porque reconhecia o governo; hoje não, porque não reconheço a República;

Os aliciadores da seita se ocupam em persuadir o povo de que todo aquele que quiser se salvar precisa vir para Canudos, porque nos outros lugares tudo está contaminado e perdido pela República; ali, porém, nem é preciso trabalhar; é a terra da promessa, onde corre um rio de leite, e são de cuscuz de milho as barrancas;

Desconhece as autoridades eclesiásticas, sempre que de algum modo lhes contrariam as idéias, ou os caprichos; e arrastando por esse caminho os seus infelizes sequazes, consente ainda que eles lhes prestem homenagens que importam em culto, e propalem em seu nome doutrinas subversivas da ordem, da moral e da fé.

A seita político-religiosa, estabelecida e entrincheirada em Canudos, não é só um foco de superstição e fanatismo e um pequeno cisma na igreja baiana; é, principalmente, um núcleo, na aparência desprezível, mas um tanto perigoso e funesto de ousada resistência e hostilidade ao governo constituído no país. Encarado o arrojo das pretensões e a soberania dos fatos, pode-se dizer que é aquilo um estado no Estado: ali não são aceitas as leis, não são reconhecidas as autoridades, não é admitido à circulação o próprio dinheiro da República.'

1896 :

outubro - um juiz de Joazeiro embarga compra de madeira feita por Conselheiro para a nova igreja do arraial; o governador, pressionado, envia 100 praças, que são cercados por mais de 1000 'jagunços' conselheiristas sucesso (**1ª. expedição contra Canudos**); a população de Salvador pede o sangue do Conselheiro;

10 de novembro - afastamento do presidente P.Moraes por motivo de doença, assumindo o seu vice, o florianista Manoel Vitorino, que busca apoio nos militares dissidentes que vêem em Canudos uma ameaça monarquista;

dezembro - envio da **2ª expedição contra Canudos** com 543 praças, 14 oficiais, 3 médicos, 2 canhões Krupp e duas metralhadoras (melhor equipamento da época); derrota fragorosa; retirada de feridos e famintos por 200 km de sertão; o arraial aumenta enormemente em apenas 3 semanas; cresce o ânimo militarista contra Canudos e o jacobinismo exige o fim de Canudos em nome da memória de Floriano; M.César, que batera os federalistas no RS é o herdeiro do sentimento militarista;

1897 :

3 fevereiro - embarque para a BA da **3ª expedição contra Canudos** em clima de grande entusiasmo c/1300 combatentes, 15 milhões de cartuchos e 70 tiros de artilharia; chegam a Canudos em março, sedentos e famintos (levaram bomba artesiana) e tentam atacar direto, à baioneta; derrota causa comoção nacional e aquilo parece a ponta do iceberg de uma conspiração restauradora (monarquista); no Rio de Janeiro, a massa excitada pela propaganda nacionalista e republicana quebra redações e tipografias de 3 jornais tidos como monarquistas; atacam e matam monarquistas criando situação anárquica; governadores de Estado, congressistas, todos pedem vingança;

4 de março - o presidente Prudente de Moraes reassume o cargo

junho - formada a **4ª expedição contra Canudos**, para redimir a 'honra nacional'; formada por 2 colunas com mais de 5 mil homens e preparada

minuciosamente; no decorrer da luta, seus contingentes receberão reforços de 4 mil homens;

5 de outubro - Assim foi o fim de Canudos segundo Euclides da Cunha:

“Canudos não se rendeu

Fechemos este livro.

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil soldados.

Forremo-nos à tarefa de descrever os seus últimos momentos. Nem poderíamos fazê-lo. Esta página, imaginamo-la sempre profundamente emocionante e trágica; mas cerramo-la vacilante e sem brilhos.

Vimos como quem vinga uma montanha altíssima. No alto, a par de uma perspectiva maior, a vertigem. . .

Ademais, não desafiaria a incredulidade do futuro a narrativa de pormenores em que se amostrassem mulheres precipitando-se nas fogueiras dos próprios lares, abraçadas aos filhos pequeninos...

E de que modo comentaríamos, com a só fragilidade da palavra humana, o fato singular de não aparecerem mais, desde a manhã de 3, os prisioneiros válidos colhidos na véspera, e entre eles aquele Antônio Beatinho, que se nos entregara, confiante — e a quem devemos preciosos esclarecimentos sobre esta fase obscura da nossa História ?

Caiu o arraial a 5. No dia 6 acabaram de o destruir desmanchando-lhe as casas, 5.200, cuidadosamente contadas.

O cadáver do Conselheiro

Antes, no amanhecer daquele dia, comissão adrede escolhida descobrira o cadáver de Antônio Conselheiro.

Jazia num dos casebres anexos à latada, e foi encontrado graças à indicação de um prisioneiro. Removida breve camada de terra, apareceu no triste sudário de um lençol imundo, em que mãos piedosas haviam desparzido algumas flores murchas, e repousando sobre uma esteira velha, de tábua, o corpo do "famigerado e bárbaro" agitador. Estava hediondo. Envolto no velho hábito azul de brim americano, mãos cruzadas ao peito, rosto tumefato, e esquelético, olhos fundos cheios de terra — mal o reconheceram os que mais de perto o haviam tratado durante a vida.

Desenterraram-no cuidadosamente. Dádiva preciosa — único prêmio, únicos despojos opimos de tal guerra ! — , faziam-se mister os máximos resguardos para que se não desarticulasse ou deformasse, reduzindo-se a uma massa angulhenta de tecidos decompostos.

Fotografaram-no depois. E lavrou-se uma ata rigorosa firmando a sua identidade: importava que o país se convencesse bem de que estava, afinal, extinto aquele terribilíssimo antagonista.

Restituíram-no à cova. Pensaram, porém, depois, em guardar a sua cabeça tantas vezes maldita — e, como fora malbaratar o tempo exumando-o de novo, uma faca jeitosamente brandida, naquela mesma atitude, cortou-lha; e a face

horrenda, empastada de escaras e de sânie, apareceu ainda uma vez ante aqueles triunfadores...

Trouxeram depois para o litoral, onde deliravam multidões em festa, aquele crânio. Que a ciência dissesse a última palavra. Ali estavam, no relevo de circunvoluções expressivas, as linhas essenciais do crime e da loucura..."

novembro - quando o presidente passava em revista as tropas vencedoras em Canudos, sofre um atentado por parte de Marcelino Bispo, suboficial do exército; o presidente escapa, mas morre o Ministro da Guerra, o Marechal Bittencourt; o atentado não é assumido por nenhuma corrente política, mas dá força moral e política para que o governo consiga o estado de sítio e passe a perseguir seus adversários, iniciando o domínio paulista;

Os Sertões (Edeor de Paula, *Em Cima da Hora*):

Marcado pela própria natureza
O nordeste do meu Brasil
Ó solitário sertão
De sofrimento e solidão
A terra é seca
Mal se pode cultivar
Morrem as plantas
E foge o ar
A vida é triste nesse lugar

Sertanejo é forte
Supera a miséria sem fim
Sertanejo homem forte
Dizia o poeta assim

Foi no século passado
No interior da Bahia
O homem revoltado
Com a sorte
No mundo em que vivia
Ocultou-se no sertão
Espalhando a rebeldia
Se revoltando contra a lei
Que a sociedade oferecia

Os jagunços lutaram
Até o final
Defendendo Canudos
Naquela guerra fatal

Texto 024: Lucrecio Barba-de-Bode

Natureza e data do texto: Passagem de *A Numa e a Ninfa* [publicado em folhetim em 1915], de Lima Barreto (1881-1922)

"O copeiro interrompeu-os e avisou o patrão de que estava aí o Lucrecio que lhe queria falar.

Lucrecio, ou melhor: Lucrecio Barba-de-Bode, por sua alcunha, que tão intempestivamente interrompia o almoço do Deputado Numa Pompílio*, não era propriamente um político, mas fazia parte da política e tinha o papel de ligá-la às classes populares. Era um mulato moço, nascido por aí, carpinteiro de profissão, mas que há muito não exercia o ofício. Um conhecido, certo dia, disse-lhe que ele era bem tolo em estar trabalhando que nem um mouro; que isso de ofício não dá nada; que se metesse em política. Lucrecio julgava que esse negócio de política era para os graúdos, mas o amigo lhe afirmou que todos tinham direito a ela, estava na Constituição.

Já o seu amigo fora manobreiro da Central, mas não quis ficar naquela 'joça' e estava arranjando coisa melhor. Dinheiro não lhe faltava e mostrou vinte mil réis: - Sabes como arranjei? fez o outro. Arranjei com o Totonho do Catete, que trabalha para o Campelo.

Lucrecio tomou nota da coisa e continuou a aplainar as tábuas, de mau humor. Que diabo? Para que esse esforço, para que tanto trabalho?

Fez-se eleitor e alistou-se no bando do Totonho, que trabalhava para o Campelo. Deu em faltar à oficina, começou a usar armas, a habituar-se a rolos eleitorais, a auxiliar na soltura dos conhecidos, pedindo e levando cartas deste ou daquele político para as autoridades. Perdeu o medo das leis, sentiu a injustiça do trabalho, a niilidade do bom comportamento. Todo o seu sistema de idéias e noções sobre a vida e a sociedade modificou-se, se não se inverteu. Começou a desprezar a vida dos outros e a sua também. Vida não se fez para negócio... Meteu-se numa questão de jogo com um rival temido, matou-o e foi sagrado valente. Foi a júri e, absolvido por isto ou aquilo, o Totonho fez constar que o fora por empenho do Dr. Campelo. Daí em diante se julgou cercado por um halo de impunidade e encheu-se de processos. Quando voltou a noções mais justas e ponderou o exato poder de seus mandantes, estava inutilizado, desacreditado, e tinha que continuar no papel...

Vivia de expedientes, de pedir a este ou àquele, de arranjar proteção para tavolagens em troca de subvenções disfarçadas. Sentia necessidade de voltar ao ofício, mas estava desabituaado e sempre tinha a esperança de um emprego aqui ou ali, que lhe haviam vagamente prometido. Não sendo nada, não se julgava mais operário; mesmo os de seu ofício não o procuravam e sentia-se mal no meio deles. Passava os dias nas casas do Congresso; conhecia-lhes o regimento, os empregados; sabia dos boatos políticos e das chicanas eleitorais. Entusiasmava-se nas cisões por ofício e necessidade. Era este o Lucrecio que, ao entrar, fez com toda a jovialidade:

- Bons dias."

* Numa Pompílio: 2º rei de Roma segundo a lenda; ironia de Lima Barreto, para contrastar a venerável tradição encarnada no nome *versus* a realidade política corrompida que o deputado representava.

Texto 025: As eleições

Natureza e data do texto:

Passagens da obra satírica *Os Bruzundangas* [1917], de Lima Barreto, em que o recurso a um país fictício (a Bruzundanga) lhe permite ironizar e criticar asperamente os costumes e a sociedade brasileira em geral. Trechos do capítulo XIV ("As eleições).

"DENTRE as muitas superstições políticas do nosso tempo, uma das mais curiosas é sem dúvida a das eleições. Admissíveis quando se trata de pequenas cidades, para a escolha de autoridades verdadeiramente locais, quase municipais, como eram na antiguidade, elas tomam um aspecto de sortilégio, de adivinhação, ao serem transplantadas para os nossos imensos estados modernos. Um deputado eleito por um dos nossos imensos distritos eleitorais, com as nossas dificuldades de comunicação, quer materiais, quer intelectuais, sai das urnas como um manipuloso a quem se vão emprestar virtudes e poderes que ele quase sempre não tem. Os seus eleitores não sabem quem ele é, quais são os seus talentos, as suas idéias políticas, as suas vistas sociais, o grau de interesse que ele pode ter pela causa pública; é um puro nome sem nada atrás ou dentro dele. O eleito, porém, depois de certos passes e benzeduras legais, vai para a Câmara representar-lhes a vontade, os desejos e, certamente, procurar minorar-lhes os sofrimentos, sem nada conhecer de tudo isto.

A superstição eleitoral é uma das nossas coisas modernas que mais há de fazer rir os nossos futuros bisnetos. Na Bruzundanga, como no Brasil, todos os representantes do povo, desde o vereador até ao Presidente da República, eram eleitos por sufrágio universal, e, lá, como aqui, de há muito que os políticos práticos tinham conseguido quase totalmente eliminar do aparelho eleitoral este elemento perturbador -- "o voto".

Julgavam os chefes e capatazes políticos que apurar os votos dos seus concidadãos era anarquizar a instituição e provocar um trabalho infernal na apuração porquanto cada qual votaria em um nome, visto que, em geral, os eleitores têm a tendência de votar em conhecidos ou amigos. Cada cabeça, cada sentença; e, para obviar os inconvenientes de semelhante fato, os mesários da Bruzundanga lavravam as atas conforme entendiam e davam votações aos candidatos, conforme queriam.

Na capital da Bruzundanga, Bosomsy, onde assisti diversas eleições, o espetáculo delas é o mais ineditamente pitoresco que se pode imaginar. As ruas ficam quase desertas, perdem o seu trânsito habitual de mulheres e homens atarefados; mas para compensar tal desfalque passam constantemente por elas, carros, automóveis, pejados de passageiros heterogêneos. O doutor-candidato vai neles com os mais cruéis assassinos da cidade, quando ele mesmo não é um assassino; o grave chefe de secção, interessado na eleição de F., que prometeu fazê-lo diretor; o grave chefe, o homem severo com os vadios de sua burocracia, não trepida em andar de cabeça descoberta, com dous ou três calaceiros conhecidíssimos. A fisionomia aterrada e curiosa da cidade dá a entrever que se está à espera de uma verdadeira batalha; e a julgar-se pelas fisionomias que se amontoam nas secções, nos carros, nos cafés, e botequins, parece que as prisões foram abertas e todos os seus hóspedes soltos, naquele dia.

Raro é o homem de bem que se faz eleitor, e se se alista, para atender a pedidos de amigos, não tarda que o seu diploma sirva a outro cidadão mais prestante, que no dia do pleito, para fins eleitorais, muda de nome e toma o do pacato burguês que se deixa ficar em casa, e vota com eles. Isto é o que lá se chama: -- "um fósforo". Às vezes semelhantes eleitores votam até com nomes de mortos, cujos diplomas apresentam aos mesários solenes e hieráticos que nem sacerdotes de antigas religiões. Quer um, quer outro serviço eleitoral, constituem os préstimos mais relevantes que se podem prestar aos políticos de profissão. Tais costumes eleitorais da Bruzundanga são fonte de muitos casos cômicos, mas, por serem quase semelhantes aos que se passam entre nós, abstenho-me de narrá-los. Entretanto, vou dar-lhes o depoimento de um ingênuo e inteligente eleitor, que descreve a sua iniciação eleitoral na Bruzundanga e os característicos do exercício dos direitos políticos que a sua Constituição outorga aos cidadãos.

Trata-se de uma das melhores relações que travei naquele país. Ao tempo em que nos conhecemos, ele tinha ai os seus vinte e seis anos e já havia publicado algumas memórias interessantes sobre a paleontologia da Bruzundanga. (...)

Penso, por isso, que o meu amigo, Halaké Ben Thoreca, como todos os seus iguais, se banalizou com o casamento e a conseqüente cavação de empregos. Tratemos, porém, da sua estréia eleitoral, como ele me contou.

Vamos ouvi-lo: "Pelos meus vinte e dous anos, uma manhã, li um artigo eloqüente em que se lembrava aos bruzundanguenses a necessidade, o dever de inscrever os seus nomes no próximo alistamento eleitoral. Li e fiquei convencido, Depois de árduos trabalhos, obtive o diploma; e, nas vésperas da eleição, pus-me a estudar os manifestos dos candidatos ao cargo espinhoso de deputado. Fiquei perplexo. Julho Ben Khosta, com mais de vinte anos de prática no ofício de candidato, prometia, caso fosse eleito, propugnar a disseminação de livros e estampas; e, hoje mesmo, apesar de homem feito, passa horas e horas a folheá-los. A promessa de Julho Ben Khosta demoveu-me a empenhar-lhe o meu voto. Não durou muito essa minha resolução. Na mesma Coluna dos apelidos do jornal, a plataforma do doutor Karaban acenava-me com uma grande esperança. Este doutor gastava frases e juramentos, prometendo que faria decretar a aprovação compulsória dos estudantes reprovados.

Calculem que eu tinha quatro bombas em mecânica e, por aí, poderão imaginar como fiquei contente com semelhante candidato. Foi tiro e queda: decidi votar no doutor Karaban. Saí bem cedo, para almoçar qualquer cousa.

Na pensão um meu amigo pediu-me que votasse no Kasthriotoh. É um moço muito pobre, está quase na miséria, disse-me o amigo, cheio de família; precisa muito do subsídio. Tive dó e, quando deixei o almoço, tinha o arraigado propósito de votar no indigente Kasthriotoh. Dirigi-me, no dia próprio, para a secção eleitoral, e esperei. Chamaram-me, afinal. Quase a tremer, no alevantado fito de influir nos destinos da Pátria consegui atravessar por entre duas filas de homens de aspecto feroz, que me olhavam desdenhosamente.

Sentei-me, mostrei o meu título, assinei um livro, depus a cédula na urna e fiquei um momento cismando diante da esbelteza de um longo arco abatido que,

de uma única enjambée e com uma flecha relativamente diminuta, vencia, com suave elegância, toda a largura do átrio do palácio vice-real, onde funcionava a secção eleitoral. Creio que me demorei indecentemente nessa admiração, porque vi as minhas cismas interrompidas pelo grito enérgico do coronel mesário-presidente: -- O senhor não se levanta! berrou o homem. Obedecendo, afastei-me corrido de vergonha e atravessei de novo por entre aquelas mesmas caras ferozes que me tinham visto passar um pouco antes, no alevantado intuito de influir nos destinos da Pátria.

Aguardei o resultado quieto, a um canto. Estava seriamente interessado em impedir que o pobre Kasthriotoh morresse de fome, com a mulher, filhos, sogra, cunhadas, etc. Estive assim cerca de duas horas, ao fim das quais alguns daqueles sujeitos horrendos se aproximaram e, fingindo que o faziam às ocultas, começaram a examinar facas, punhais, estoques, garruchas, revólveres, que traziam. Via perfeitamente tais armas e descobri que mesmo para isso é que eles tal cousa faziam. Fascinaram-me e não pude desviar o olhar. Foi a minha desgraça, Deus dos Céus! Um deles ergueu o chapéu ao alto da cabeça e fez para mim, encarando-me com horrorosa catadura: -- Que está olhando?

-- Nada, não senhor; respondi eu.

-- Vá... Você está aí com parte de siri sem unha... Arreda!

E, sem saber como, vi-me envolvido em um formidável rolo e levei uma porção de pauladas e quatro facadas. Mandaram-me para a Santa Casa, onde meu amigo Hanthônio me foi visitar:

-- Que foi isto? perguntou-me.

-- Direitos políticos.

Depois de restabelecido, vim a saber que o Kasthriotoh não tivera um único voto e arranjava um emprego modesto que lhe dava para fazê-lo viver e mais a família com café e pão sem manteiga. A ata (eu a pude ver mais tarde) estava um primor de autenticidade, pois tinha sido falsificada com toda a perfeição por um espanhol que vivia do ofício eleitoral de falsificar atas de eleições. Eis como foi a minha estréia eleitoral."

Os meus leitores poderão verificar que, no ponto de vista eleitoral, a Bruzundanga nada tem que invejar da nossa cara pátria. "

Texto 026: Casa de cômodos

Natureza e data do texto:

Trecho do capítulo XI do romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* [1909], de Lima Barreto

“Durante todo esse tempo, residi em uma casa de cômodos na altura do Rio Comprido. Era longe; mas escolhera-a por ser barato o aluguel. Ficava a casa numa eminência, a cavaleiro da Rua Malvino Reis e, atualmente, os dois andares do antigo palacete que ela fora estavam divididos em duas ou três dezenas de quartos, onde moravam mais de cinquenta pessoas.

O jardim, de que ainda restavam alguns gramados amarelecidos, servia de coradouro. Da chácara toda, só ficaram as altas árvores, testemunhas da grandeza passada e que davam, sem fadiga nem simpatia, sombra às lavadeiras, cocheiros e criados, como antes o fizeram aos ricos que ali tinham habitado. Guardavam o portão duas esguias palmeiras que marcavam o ritmo do canto de saudades que a velha casa suspirava; e era de ver, pelo estio, a resignação de uma velha e nodosa mangueira, furiosamente atacada pela variegada pequenada a disputar-lhe os grandes frutos, que alguns anos atrás bastavam de sobra para os antigos proprietários.

Houve noites em que como que ouvi aquelas paredes falarem, recordando o fausto sossegado que tinham presenciado, os cuidados que tinham merecido e os quadros e retratos veneráveis que tinham suportado por tantos anos. Lembrar-se-iam certamente dos lindos dias de festa, dos casamentos, dos aniversários, dos batizados, em que pares bem-postos dançavam entre elas os lanceiros e uma veloz valsa à francesa.

À noite, quando entravam aqueles cocheiros de grandes pés, aqueles carregadores suados, o soalho gemia, gemia particularmente, dolorosamente, dolorosamente, angustiadamente... Que saudades não havia nesses gemidos dos breves pés das meninas quebradiças que o tinham palmilhado tanto tempo!

A casa pertencera talvez a um oficial de Marinha, um chefe de esquadra. Havia ainda no teto do salão principal um Netuno com todos os atributos. O salão estava dividido ao meio por um tabique; os cavalos-marinhos e uma parte da concha ficaram de um lado e o deus do outro, com um pedaço do tridente, cercado de tritões e nereidas.

Num cômodo (em alguns) moravam as vezes famílias inteiras e eu tive ali ocasião de observar de que maneira forte a miséria prende solidamente os homens.

De longe, parece que toda essa gente pobre, que vemos por aí, vive separada, afastada pelas nacionalidades ou pela cor; no palacete, todos se misturavam e se confundiam. Talvez não se amassem, mas viviam juntos, trocando presentes, protegendo-se, prestando-se mútuos serviços. Bastava, entretanto, que surgisse uma desinteligência para que os tratamentos desprezíveis estalasses de parte a parte.

Certo, quando assistia a tais cenas, não ficava contente, mas também não sabia refletir por aquele tempo, que, seja entre que homens for, desde que surjam desinteligências, logo rompem os tratamentos desprezíveis mais à mão.

Vi aí, na casa do Rio Comprido, os mais disparatados casos; e, pela manhã, aos domingos, quando me debruçava à janela, olhava brincando no terreiro uma pequenada em que se misturava o sangue de muitas partes do

mundo. Em nenhum deles havia o gárrulo e a inocência dos meninos ricos; quando não eram humildes e tristes, eram irritáveis. Facilmente surgia uma rixa entre eles e o choro passava do contendor vencido a ser geral entre todos, com os castigos infligidos pelas mães aos culpados e não culpados.

Admirava-me que essa gente pudesse viver, lutando contra a fome, contra a moléstia e contra a civilização; que tivesse energia para viver cercada de tantos males, de tantas privações e dificuldades. Não sei que estranha tenacidade a leva a viver e por que essa tenacidade é tanto mais forte quanto mais humilde e miserável. Vivia na casa uma rapariga preta que suportava dias inteiros de fome, mal vivendo do que lhe dava uma miserável prostituição; entretanto, à menor dor de dentes chorava, temendo que a morte estivesse próxima."

Texto 027: Batuque na cozinha (João da Baiana):

Natureza e data do texto: João da Baiana (1887-1974), filho de uma quituteira que viera da Bahia para o Rio de Janeiro, foi um dos pioneiros do samba e dos ranchos no Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX. Esta música, datada de 1915, retrata o ambiente das casas de cômodos e a repressão policial aos habitantes das mesmas. Nesta gravação, temos o autor a cantar com Pixinguinha tocando e está no CD "Raízes do Samba - Pixinguinha", EMI Brasil, 1999 [1968].

Não moro em casa de cômodos,
Não é por ter medo não,
Na cozinha há muita gente,
Sempre tem apelação,

Batuque na cozinha sinhá não quer,
por causa do batuque eu queimei meu pé,

Batuque na cozinha sinhá não quer,
por causa do batuque eu queimei meu pé,

Então não bula na cumbuca,
Não me espante o rato,
Se o branco tem ciúme,
Que dirá o mulato

Eu fui na cozinha pra ver uma cebola,
O branco com ciúme duma tal crioula,
Deixei a cebola, peguei na batata,
O branco com ciúme duma tal mulata,
Peguei no balaio pra medir a farinha,
O branco com ciúme duma tal branquinha

Voltei na cozinha, pra tomar um café,
O malandro tá com olho na minha mulher,
Mas comigo eu apelei pra desarmonia,
E fomos direto prá Delegacia,

Seu Comissário foi dizendo com altivez
É da casa de cômodos da tal Inês,
Revista os dois, bota no xadrez
Malandro comigo não tem vez

Batuque na cozinha sinhá não quer,
por causa do batuque eu queimei meu pé,

Mas, Seu Comissário, eu estou com a razão,
Eu não moro na casa de habitação
Eu fui apanhar meu violão,
Que estava empenhado com o Salomão

Eu pago a fiança com satisfação
Mas não me bota no xadrez com esse malandrão,
Que faltou com o respeito a um cidadão,
Da Paraíba, do Norte, Maranhão

Texto 028: A favela como questão de polícia

Natureza e data do texto:

Do dualismo que persiste em muitas das interpretações atuais a respeito das favelas, o Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, guarda um interessante documento datado de 4 de novembro de 1900. Trata-se de uma carta do delegado da 10ª circunscrição ao Chefe de Polícia, Dr. Eneas Galvão. Nela podemos ler:

“Obedecendo ao pedido de informações que V.Excia., em ofício sob nº 7071, ontem me dirigiu relativamente a uma local do ‘Jornal do Brasil’, que diz estar o morro da Providência infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias no local designado, se bem que não haja famílias no local designado, é ali impossível ser feito o policiamento porquanto nesse local, foco de desertores, ladrões e praças do exército, não há ruas, os casebres são construídos de madeira e cobertos de zinco, e não existe em todo o morro um só bico de gás, de modo que para a completa extinção dos malfeitores apontados se torna necessário um grande cerco, que para produzir resultado, precisa pelo menos de um auxílio de oitenta praças completamente armadas.”

A proposta do cerco, prossegue o delegado, nem ao menos era inédita:

“Dos livros desta delegacia consta ter ali sido feita uma diligência pelo meu antecessor que teve êxito, sendo com um contingente de cinqüenta praças, capturado, numa só noite, cerca de noventa e dois indivíduos perigosos.”

A solução ideal, entretanto, era outra, sugere o delegado ao Chefe de Polícia:

“Parece, entretanto, que o meio mais pratico de ficar completamente limpo o aludido morro é ser pela Diretoria de Saúde Pública ordenada a demolição de todos os pardieiros que em tal sítio se encontram, pois são edificados sem a respectiva licença municipal e não têm as devidas condições higiênicas.

Saúde e fraternidade
O delegado”

A carta do delegado foi encaminhada a um assessor do Chefe de Polícia, acompanhada do seguinte parecer, datado de 8 de novembro de 1900:

“Parece-me que ao Sr. Prefeito devem ser pedidas, a bem da ordem e moralidade públicas, as providências que julgar necessárias para a extinção dos casebres e pardieiros a que alude o delegado.”

Dois dias, depois, com um lacônico “Sim”, o Dr. Eneas Galvão, Chefe de Polícia do Distrito Federal, endossava o parecer de seu assessor. Aqui perdemos o fio da meada histórica e não sabemos se jamais o prefeito veio a receber tal correspondência. De qualquer forma, os dois documentos existentes no Arquivo Nacional são importantes por dois motivos. Em primeiro lugar, mostram que o “morro da Favella”, apenas três anos depois do Ministério da Guerra permitir que ali viessem a se alojar os veteranos da campanha de Canudos (terminada em 1º de outubro de 1897), já era percebido pelas autoridades policiais como um “*foco de desertores, ladrões e praças do exército*”. E mais, a carta do delegado da 10ª circunscrição parece conter a primeira menção à favela como um duplo problema: sanitário e policial (aos quais o assessor de Eneas Galvão acrescentou a “*moralidade pública*”), que poderia, por isso mesmo, ser resolvido de um só golpe. A idéia da favela como um “foco”, a menção à “limpeza”, isto é, a retórica centrada nas concepções de uma “patologia social” e da “poluição” estava destinada a uma longa permanência na cena institucional carioca do século XX. A proposta de cercar um morro habitado pelas “classes perigosas”, entretanto, não era nova (como os registros da 10ª delegacia assinalavam) e nem parecia ser fruto único e exclusivo da mente das autoridades policiais. Assim podemos depreender de uma notícia publicada também no “Jornal do Brasil”, na famosa coluna “Queixas do Povo”, ainda no mês de novembro de 1900:

“Diversos caixeiros de lojas de fazendas da rua da Carioca vieram pedir que reclamássemos do sr. delegado da 6ª circunscrição urbana as providências contra uma quadrilha de menores gatunos que se acouta no morro de Santo Antônio, perto da passagem dos *bonds* elétricos. Anteontem à noite, um desses laráprios, auxiliado por um grupo de companheiros, furtou da casa nº 39 daquela rua um par de calças que estava à mostra.”

A relativa insignificância do objeto furtado, entretanto, não parece ter impedido uma reação imediata e coletiva dos comerciantes daquela rua, denotando, talvez, a freqüência do problema:

“Perseguidos pelos reclamantes referidos, evadiram-se por aquele morro, sendo presos somente dois, por um guarda noturno; os outros, antes de fugirem à polícia, juraram aos seus perseguidores vingarem-se deles.”

A providência solicitada pelos comerciantes à autoridade policial é a seguinte:

“Um cerco bem dado, estudando o sr. delegado antecipadamente o terreno do morro, teria bom resultado”.

Extraído da Introdução do livro *Um século de favela*. Organizado por Alba Zaluar e Marcos Alvito. Rio de Janeiro, FGV, 1998.

Texto 029: Queixas do povo ao Jornal do Brasil

Natureza e data do texto:

Esta notícia, publicada no *Jornal do Brasil* em 29 de outubro de 1900, já apresenta uma queixa endereçada ao delegado da 10ª circunscrição referido no texto anterior. À época, o *Jornal do Brasil* era um jornal bastante popular, por sua postura de oposição ao governo e por dar espaço ao "jogo dos bichos", aos crimes e reivindicações populares (cf. SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988). As "Queixas do Povo" era um dos carros-chefes do jornal, pois eram publicadas gratuitamente e nem mesmo era necessário saber escrever: as reclamações podiam ser feitas diretamente no jornal ou em suas agências. Mantivemos a grafia original.

"Pedem-nos que chamemos a atenção do Sr. Delegado da 10ª circunscrição para um grupo de vagabundos que estaciona quasi todos os dias na rua da Providencia, incommodando as familias alli residentes, que são obrigadas a ouvir constantemente palavrões desses desocupados."

Também já apareciam queixas contra menores:

"Queixam-se os moradores da praça da República da grande quantidade de gatunos e menores vagabundos que trazem em sobressalto as familias daquelle lugar, e pedem-nos que reclamemos providencias à policia, afim de reprimi-los, pois dia e noite fazem alli proezas de toda a sorte."
(3/11/1900)

Texto 030: Lima Barreto e a revolta contra os sapatos obrigatórios (uma metáfora da Revolta da Vacina em 1904)

Natureza e data do texto: *Recordações do escrivão Isaías Caminha* [escrito em 1908], cap. X

p.116 "Nascera a questão dos sapatos obrigatórios de um projeto do Conselho Municipal, que foi aprovado e sancionado, determinando que todos os transeuntes da cidade, todos que saíssem à rua seriam obrigados a vir calçados. Nós passávamos então por uma dessas crises de elegância, que, de quando em quando, nos visita. Estávamos fatigados da nossa mediania, do nosso relaxamento; a visão de Buenos Aires, muito limpa, catita, elegante, provocava-nos e enchia-nos de loucos desejos de igualá-la. Havia nisso uma grande questão de amor-próprio nacional e um estulto desejo de não permitir que os estrangeiros, ao voltarem, enchessem de críticas a nossa cidade e a nossa civilização. (...)

'Como é que

p.117 não tínhamos largas avenidas, passeios de carruagens, hotéis de casaca, clubes de jogo ?' (...)

Laje da Silva [empresário suspeito], farejando o que continha de negociatas nos melhoramentos em projetos, propugnava-os com ardor. (...)

Aires d'Ávila [redator chefe do jornal *O Globo*, na verdade, sátira ao *Correio da Manhã*] chegou mesmo a escrever um artigo, mostrando a necessidade de ruas largas para diminuir a prostituição e o crime e desenvolver a indústria nacional.

E os da frente, os cinco mil de cima, esforçavam-se por obter as medidas legislativas favoráveis à transformação da cidade e ao enriquecimento dos patrimônios respectivos com indenizações fabulosas e especulações sobre terrenos. Os Hausmanns pululavam. Projetavam-se avenidas; abriam-se nas plantas *squares*, delineavam-se palácios, e, como complemento, queriam também uma população catita, limpinha, elegante e branca: cocheiros irrepreensíveis, engraxates de libré, criadas louras, de olhos azuis, com o uniforme como se viam nos jornais de moda da Inglaterra. Foi esse estado de espírito que ditou o famoso projeto dos sapatos."

[Dona Felismina, a lavadeira da casa de cômodos no R.Comprido onde residia Caminha]

p.130 (cap.XI)

"- Diga-me uma coisa 'Seu' Caminha: há aí uma lei que obriga todos a andarem calçados?

- Há uma postura municipal.
 - Mas é verdade isso mesmo ? Pois então todos, todos ?
 - Na rua, é. Por que se assusta ?
 - Dizem que as folhas falam nisso e que até, contam aí, que quem tiver pé grande tem que sofrer uma operação para diminuir os pés, como os chinas... É verdade ?
 - Qual! É balela! Quem lhe contou ?
- Ao sair, ainda ouvi que, pelos corredores, se discutia o assunto com calor, girando sempre a conversa em torno daquela operação chinesa que o governo queria impor à população."

p.140 (cap. XII)

[os positivistas contra a lei, numa conversa entre jornalistas]

"(...) Você leu o *Jornal do Comércio* ?

- Não. Por quê ?

- O Teixeira Mendes [líder e "ideólogo" do Apostolado Positivista] ataca a lei dos sapatos obrigatórios. Diz que isso de andar calçado, de correção de traje, em última análise, entra no campo da estética, assim no espiritual em que não pode o poder temporal intervir absolutamente... Então é com o papa ?

Os dois sorriram e Floc [crítico literário do jornal] refletiu vagarosamente:

- Eu creio que as coisas vão mal. Há muita irritação, muito azedume por aí..."

[relato do repórter que fazia polícia e 'Vida Operária']

"- Vocês não imaginam... As coisas estão feias! Estive na Gamboa e na Saúde...

Os estivadores dizem que não se calçam nem a ponta de espada. Não falam noutra coisa. Vi um carroceiro dizer para outro que lhe ia na frente guiando pachorrentamente: Olá hé! Estás bom para andares calçado que nem um doutor! Por aí vocês avaliam... Creio que há 'turumbamba'!"

p.142 [Isaías Caminha reflete, surpreso diante da revolta]

"A irritação do espírito popular que eu tinha observado na minha própria casa não me fez pensar nem temer. Julguei-a especial àqueles a quem tocavam e nunca que aquelas observações ingênuas se tivessem transformado em grito de guerra, em amuleto excitador para a multidão toda. Mais tarde, entretanto, verifiquei que a crença de que o Governo pretendia operar violentamente os homens e mulheres de pés grandes, como os chinas, é que tinha impressionado fortemente os espíritos levando-os ao sangrento motim que estalou." (...)

"Recolhi-me cedo nessa noite e dormi profundamente toda ela. Não vi a destruição dos combustores de iluminação, que os populares tinham levado a efeito. Só a notei de manhã, já pelas oito horas, descendo a ladeira. Na rua, o trânsito era ralo e o tráfego dos bondes parecia ter cessado completamente. Nas esquinas, havia patrulhas de infantaria e cavalaria e de distância em distância, à porta de estalagens, afastados da polícia, havia grupos compactos de populares. Um bonde aproximou-se, e, embora cheio, dependurei-me com dificuldade num dos balaústres. A fisionomia das ruas era de expectativa. As patrulhas subiam e desciam; nas janelas havia muita gente espiando e esperando qualquer coisa. Tínhamos deixado a estação do Mangue, quando de todos os lados, das esquinas, das portas e do próprio bonde partiam gritos: Vira! Vira! Salta! Salta! Queima! Queima!

O cocheiro parou. Os passageiros saltaram. Num momento o bonde estava cercado por um grande magote de populares à frente do qual se movia um bando multicolor de moleques, espécie de poeira humana que os motins levantam alto e dão heroicidade. Num ápice, o veículo foi retirado das linhas, untado de querosene e ardeu. Continuei a pé. Pelo caminho a mesma atmosfera de terror e expectativa. Uma força de cavalaria de polícia, de sabre desembainhado, corria em direção ao bonde incendiado. Logo que ela se afastou um pouco, de um grupo partiu uma tremenda assuada. Os assobios eram estridentes e longos; havia muito da força e da fraqueza do populacho naquela arma ingênuo. E por todo o caminho, este cenário se repetia.

Uma força passava, era vaiada; se carregava contra o povo, este dispersava-se, fragmentava-se, pulverizava-se, ficando um ou outro a receber lambadas num canto ou num portal fechado. O Largo de São Francisco era mesmo uma praça de guerra. Por detrás da Escola Politécnica [atual IFCS],

havia uma força e os toques da ordenança sucediam-se conforme as regras e preceitos militares. Parei. Um oficial a cavalo percorria a praça, intimando o povo a retirar-se. Obedeci e, antes de entrar na Rua do Ouvidor, a cavalaria, com grandes sabres reluzindo ao sol, varria o largo com estrépito. Os curiosos encostavam-se à porta das casas fechadas, mas mesmo aí os soldados iam surrá-los com vontade e sem pena. Era o motim. (...)

As vociferações da minha gazeta tinham produzido o necessário resultado (...)

p.144 "Durante três dias a agitação manteve-se. Iluminação quase não havia. Na Rua do Ouvidor armavam-se barricadas, cobria-se o pavimento de rolhas para impedir as cargas de cavalaria. As forças eram recebidas a bala e respondiam. (...) Da sacada do jornal, eu pude ver os amotinados. Havia a poeira de garotos e moleques; havia o vagabundo, o desordeiro profissional, o pequeno burguês, empregado, caixeiro e estudante; havia emissários de políticos descontentes. Todos se misturavam, afrontavam as balas, unidos pela mesma irritação e pelo mesmo ódio à polícia, onde uns viam seu inimigo natural e outros o Estado, que não dava a felicidade, a riqueza e a abundância.

O motim não tem fisionomia, não tem forma, é improvisado. Propaga-se, espalha-se, mas não se liga. O grupo que opera aqui não tem ligação alguma com o que tiroteia acolá. São independentes; não há um chefe geral nem um plano estabelecido. Numa esquina, numa travessa, forma-se um grupo, seis, dez, vinte pessoas diferentes, de profissão, de inteligência, e moralidade. Começa-se a discutir, ataca-se o Governo; passa o bonde e alguém lembra: vamos queimá-lo. Os outros não refletem, nada objetam e correm a incendiar o bonde."

Texto 031: Cronologia do movimento operário durante a Primeira República

1890

abr RJ → fundação do *Partido Operário*
dez Novo Código Criminal proíbe greve e coligação operária (artigos 205-6), disposições que são revogadas diante da ameaça de greve geral dos trabalhadores (RJ)

1891

mai RJ → primeira celebração do 1º de maio no Brasil;
Santos → greve portuária derrotada envolvendo diversas categorias
RJ → greve dos ferroviários ajuda a derrubar Deodoro da presidência

1892

1º ago-6 set RJ → *Congresso Operário Nacional* (socialista)

1893

RJ → ativistas estrangeiros presos e expulsos do país durante o governo de Floriano Peixoto

1897

out Santos → greve portuária derrotada

1898

RJ → *O Despertar* primeiro jornal anarquista publicado no DF, defendia a greve geral visando a abolição do Estado como única arma operária (rejeitava eleições)

1899

jan RJ → o *Manifesto do Centro Socialista aos Operários e Proletários* afirma que a República "vai vivendo à custa dos mais repugnantes sindicatos políticos e industriais, geradores de uma perigosa oligarquia plutocrática tão pernicioso quanto a oligarquia aristocrática"

1900

RJ → greve dos estivadores, ferroviários e carroceiros, planejada como parte de um golpe para derrubar Campos Sales

1902

ago SP → o 2º *Congresso Socialista Brasileiro* funda o *Partido Socialista Brasileiro*

1903

ago-set RJ → greve dos trabalhadores têxteis contando com a adesão de outras categorias

out RJ → fundação da *Federação das Associações de Classe*

1904

nov RJ → participação do *Centro das Classes Operárias* na Revolta da Vacina, conduzindo ao seu fechamento e à abertura de processo contra seus dirigentes

1906

15-20 abr RJ → realização do 1º *Congresso Operário Brasileiro* no Centro Galego, com 28 delegações, vindas do DF, SP, estado do RJ, CE e PE; a corrente *anarco-sindicalista* (que rejeitava luta política partidária) triunfa sobre os socialistas

mai Jundiaí, Campinas e Rio Claro → greve ferroviária da Companhia Paulista

- out Porto Alegre → greve geral (pela jornada de 8 horas) e fundação da Federação Operária do RS dominada pelos socialistas
- 1907**
- jan Lei Adolfo Gordo, permitindo a expulsão sumária de ativistas estrangeiros; 132 são expulsos apenas neste ano (de um total de 556 até 1921)
- mai SP, Santos, Ribeirão Preto → greve abrangendo várias categorias pela jornada de oito horas
- 1909**
- jan NE → greve ferroviária da Great Western, iniciada em Recife e que atinge, além de PE, AL, PB e RN (reivindicações salariais)
- 1910**
- A *Federação Operária* (anarquista) recusa o envolvimento na campanha presidencial
- 1912**
- jan SP → greves em diversas categorias (sapateiros, gráficos, têxteis)
- 7-15 nov RJ → realização do 4º Congresso Operário Brasileiro no Palácio Monroe (sede do Senado Federal), contando com 74 delegações de 13 estados; é patrocinado pelo presidente da República, Hermes da Fonseca e nele é proposta a criação de um partido da classe; a proposta é violentamente atacada pela *Confederação Operária* (anarquista), a qual, num violento manifesto chamava a política de um cancro, uma rameira e uma cortesã que destruía e embrutecia o povo, fazendo o seguinte apelo: "Varrei a política do seio das vossas associações de classe"
- 1913**
- RJ → três campanhas contra a carestia, cada uma organizada por uma corrente
- set RJ → 2º Congresso Operário Brasileiro em resposta ao congresso reformista do ano anterior; retoma as teses de 1906: não-participação na política, condenação do mutualismo e do corporativismo, sindicatos por ofício e por indústria.
- 1917**
- jul SP → greve geral com pauta comum de reivindicações votada em assembléias (aumentos salariais, jornada de 8 horas, direito de associação, libertação dos grevistas presos, diminuição dos aluguéis etc)
- RJ → greve envolvendo várias categorias (marceneiros, sapateiros, metalúrgicos, padeiros, trabalhadores da construção civil, têxteis, alfaiates, chapeleiros etc)
- Outros estados (PB, RS e MG) → greves
- 1918**
- nov RJ → tentativa de levante anarquista (que pensava contar com a adesão de unidades militares) com greves nos setores têxtil, metalúrgico e da construção civil
- 1919**
- 1º mai RJ & SP → celebrações do 1º de maio reúnem dezenas de milhares de trabalhadores
- Vários estados (DF, SP, BA, PE, RS) → greves pela jornada de oito horas e melhores salários (além de descanso semanal, igualdade

de salários para homens e mulheres, diminuição dos preços dos gêneros de primeira necessidade)

1920

- mar RJ → greve da Leopoldina Railway apoiada maciçamente por outras categorias; repressão por parte da polícia e do exército com a prisão de 2.000 grevistas e invasão de diversas sociedades operárias ("criminalização" do movimento operário)
SP → greve têxtil
- abr RJ → realização do 3º Congresso Operário Brasileiro num contexto de recuo do movimento operário, representa o avanço do sindicalismo de massa (mais próximo do modelo americano) e o relativo abandono do sindicalismo revolucionário

1922

- mar RJ → fundação do PCB: quadros provenientes do anarquismo, pregava a revolução mas sem descartar a luta político-partidária e a negociação; mais expressivo no RJ de início, torna-se mais significativo em SP somente na 2ª metade da década de 20.
- jul → decretado o estado de sítio, que irá ser prorrogado até dezembro de 1926 e terá influência decisiva na desorganização das associações operárias (invasões policiais, fechamento de sindicatos etc)

1923

- fev RJ → greve dos marítimos e portuários
fev-mar SP → greve vitoriosa de 42 dias dos gráficos

1926

- ago RJ → reuniões na Biblioteca Nacional para discutir e regulamentar a lei de férias (15 dias) aprovada no ano anterior para trabalhadores do comércio e da indústria; na prática, a lei não foi aplicada por falta de fiscalização
- dez RJ → criação do *Bloco Operário* (BO), frente eleitoral lançada pelo

PCB

1927

- abr RJ → Congresso Sindical Regional cria a Federação Sindical Regional do R.Janeiro
- ago → acusado de propaganda "subversiva", o PCB é posto na ilegalidade
- nov RJ → constituição do *Bloco Operário Camponês* (expressão legal do

PCB)

1928

- out RJ → Minervino de Oliveira e Octavio Brandão são eleitos intendentess pelo BOC

1929

- mar-jul SP → greve de 72 dias dos gráficos, que termina vitoriosa
- 26 abr-1º maio RJ → Congresso Operário Nacional, que decide pela criação da *Confederação Geral do Trabalho do Brasil* (organizada pelos comunistas)

1930

- na campanha para a presidência da República o BOC lança candidatura própria, os anarquistas se mantêm alheios e outras facções apoiam tanto Getúlio quanto Júlio Prestes

Principais obras utilizadas: CARVALHO (1989) & BATALHA (2000) - ver Bibliografia do curso.

Texto 032: Cabide de Molambo, samba de João da Baiana

Natureza e data do texto:

João da Baiana (1887-1974), filho de uma quituteira que viera da Bahia para o Rio de Janeiro, foi um dos pioneiros do samba e dos ranchos no Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX. Esta música, cuja letra segue abaixo, é um bem-humorado retrato das condições de vida dos trabalhadores cariocas naquele período. Data da década de 1920. Nesta gravação, temos o autor a cantar com Pixinguinha tocando e está no CD "Raízes do Samba - Pixinguinha", EMI Brasil, 1999 [1968].

"Meu Deus, eu ando com o sapato furado/
tenho a mania de andar engravatado/
a minha cama é um pedaço de esteira/
e uma lata velha, que me serve de cadeira (refrão).

Minha camisa, foi encontrada na praia/
a gravata, foi achada na ilha da Sapucaia/
meu terno branco, parece casca de alho/
foi a deixa de um cadáver de um acidente de trabalho. [refrão]

O meu chapéu, foi dum pobre surdo e mudo/
as botinas, foi de um velho da Revolta de Canudos/
quando eu saio a passeio/
as damas ficam falando: trabalhei tanto na vida/
pro malandro estar gozando. (refrão)

A refeição é que é interessante/
na tendinha do Tinoco/
no pedir eu sou constante/
O português, meu amigo, sem orgulho/
me sacode um caldo grosso, carregado no entulho. (refrão)"

Texto 033: O orvalho vem caindo, samba de Noel Rosa (e Kid Pepe)

Natureza e data do texto:

Samba feito em 1934. A gravação está no CD "Sem tostão 2 - Canções de Noel Rosa", Cristina Buarque e Henrique Cazes - Kuarup Discos.

"O orvalho vem caindo/ vai molhar o meu chapéu/ e também vão sumindo/ as estrelas lá do céu... Tenho passado tão mal/ a minha cama é uma folha de jornal/ Meu cortinado é um vasto céu de anil/ e meu despertador é um guarda-civil (que o salário ainda não viu)/ A minha terra dá banana e aipim/ meu trabalho é achar quem descasque por mim (vivo triste mesmo assim)/ A minha sopa não tem osso nem tem sal/ se um dia passo bem/ dois e três passo mal/ (isto é muito natural !). O meu chapéu, tá de mal para pior/ e o meu terno, pertenceu a defunto maior/ dois reais lá no Belchior "

Texto 034: Industrialização e movimento operário na Primeira República - estatísticas

I. A IMPLANTAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS INDÚSTRIAS

1850 - O Brasil contava com apenas 50 estabelecimentos industriais, aí incluídas várias salineiras; havia 2 fábricas de tecidos, 10 de produtos alimentares, 2 de caixas e caixões, 5 de pequena metalurgia e 7 de produtos químicos

1854 - Primeira ferrovia brasileira

1866 - Havia apenas 9 fábricas de tecidos em todo o Brasil (contra mais de 1000 nos EUA); nessa época a BA ainda era um centro têxtil importante; a primeira fábrica de tecidos fora implantada no Rio de Janeiro em 1819 e outra em Minas Gerais em 1824

1869 - 1ª. fábrica de tecidos que utiliza máquinas a vapor; em Itu, SP

1875 - o número de fábricas de tecidos chega a 30 (em sua maior parte tecidos grosseiros e sacaria para embalar produtos agrícolas; os tecidos finos eram importados e não havia política protecionista)

1880-1884 - Fundados 150 estabelecimentos industriais (o que inclui pequenas oficinas e manufaturas)

1885 - 48 fábricas de tecido (MG:13; BA:12; RJ:11; SP:9; AL:1; PE:1; MA:1), sendo as do Rio de Janeiro as maiores

1885-1889 - fundados 248 estabelecimentos industriais

1889 - Havia 636 estabelecimentos industriais empregando **54.169 trabalhadores**, o que representava apenas **0,4% da população brasileira**

- nesta data, o Rio de Janeiro (RJ) detinha 57% do capital industrial brasileiro, porcentagem que vai cair à metade em 30 anos com o crescimento da indústria paulista

- CAPITAL APLICADO NA INDÚSTRIA POR SETOR:

Têxtil: 60%; Alimentícia: 15%; Produtos Químicos e análogos: 10%; Indústrias de madeiras: 4%; Vestuário e toucador: 3,5%; Metalurgia: 3%

1890-1895 - Fundam-se 425 estabelecimentos industriais

1907 - Havia 3.258 estabelecimentos industriais empregando 150.841 trabalhadores

1919 - Dados do censo industrial:

- PORCENTAGEM DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR SETOR:

Alimentícia: 30,7% ; Têxtil: 29,3%; Bebidas e cigarros: 6,3%; Metalurgia e indústria mecânica: 4,7%; Química: 2%

- PORCENTAGEM DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR ESTADO:

SP:31,5; DF + Est. RJ: 28,2; RS:11,1; PE:6,8; MG:5,6; PR:3,2; SC:1,9; Região Norte:1,3; GO + MT: 0,4%

1920 - Havia 13.336 estabelecimentos industriais empregando **275.512 trabalhadores**, o que representava **1% da população brasileira**

- Nesta época, no município de SP, as mulheres representavam 29% dos trabalhadores empregados em todos os ramos da indústria, e 58% dos trabalhadores do setor têxtil; no DF (Rio de Janeiro), as porcentagens eram menores: 27% do total e 39% no setor têxtil

- Dos 4.000 estabelecimentos da indústria de calçados, apenas 116 empregavam mais do que 12 pessoas

- Mesmo passada a grande onda imigratória, os estrangeiros ainda representavam 51% dos trabalhadores industriais em SP e 35% no Rio de Janeiro

Década de 1920 – Caracterizada pelo fraco crescimento industrial: 9,8% entre 1920-29 contra 24,3% do setor agrícola; de qualquer forma, na 2ª. metade desta década a indústria de bens de capital começa a adquirir uma certa importância: indústrias siderúrgicas e de cimento e produção de vários tipos de máquinas (elevadores, dispositivos de pesagem, motores elétricos, máquinas têxteis, equipamentos de usinas de açúcar e peças de aço de locomotivas)

II. CAPITAL ESTRANGEIRO: DO DOMÍNIO INGLÊS AO NORTE-AMERICANO

Década de 1840 – quase metade do açúcar, metade do café e mais da metade do algodão eram exportados por firmas britânicas

1870 – uma única companhia inglesa, a Phipps Brothers & Co., exportava sozinha 13% do café (o qual representava à época 50,3% das nossas exportações, porcentagem que vai subir para 64,5 até o fim do s.XIX)

1880 – Havia 11 companhias inglesas de Estrada de Ferro no Brasil

1895 – Havia 25 companhias inglesas de Estrada de Ferro no Brasil

durante o s.XIX – das 22 maiores firmas mineradoras de ouro em MG, 14 eram inglesas, 1 francesa e 7 brasileiras

fim s.XIX – quase metade dos navios a vapor operando no Rio de Janeiro eram ingleses (os franceses eram 15%)

1904 – Organiza-se no Canadá, mas com capitais predominantemente ingleses, a **Light & Power**, que irá atuar no Rio de Janeiro, São Paulo e regiões circunvizinhas, detendo as empresas de gás, água, esgotos, luz e energia elétrica, transportes urbanos (bonde) e telefone;

1910 – Em São Paulo, dos 14 bancos existentes, a metade era de propriedade estrangeira, e detinham 70% dos ativos, dos empréstimos e dos descontos bancários

1913 – dentre as 15 maiores casas exportadoras de Santos, apenas 2 eram brasileiras

INVERSÕES BRITÂNICAS NO BRASIL EM MILHÕES DE LIBRAS ESTERLINAS:

1880-1890	68,7
1890-1913	223,9
1913-1928	285,7

ORIGEM DOS EMPRÉSTIMOS ESTRANGEIROS AO BRASIL

	1893- 1908	1908- 1916	1921- 1927
INGLATERRA	10	6	1 1/2
França	-	5	1
EUA	-	-	3 1/2

A DÍVIDA BRASILEIRA EM US\$, em 1° de janeiro de 1931:

C/a INGLATERRA	490.780.383
C/os EUA	143.336.998

MUDANÇAS NA DIREÇÃO DO COMÉRCIO BRASILEIRO DURANTE A I G.
MUNDIAL (em %):

IMPORTAÇÕES

EXPORTAÇÕES

	1913	1917	1913	1917
EUA	15,7	47,1	32,6	46,1
Grã-Bretanha	24,5	18,0	13,3	12,6
Alemanha	17,5	0	14,1	0
França	9,8	4,0	12,3	14,0